

SESSÕES DO PLENÁRIO

93ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 4 de dezembro de 2018.

PRESIDENTE: DEPUTADO CARLOS GEILSON (2º VICE-PRESIDENTE)

À hora regimental, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos senhores Deputados: Aderbal Fulco Caldas, Adolfo Menezes, Alan Castro, Alan Sanches, Alex da Piatã, Alex Lima, Angela Sousa, Angelo Almeida, Angelo Coronel, Antonio Henrique Júnior, Augusto Castro, Bira Côroa Lula, Bobô, Carlos Geilson, Carlos Ubaldino, David Rios, Eduardo Salles, Euclides Fernandes, Fábio Souto, Fabíola Mansur, Fabrício Falcão, Fátima Nunes Lula, Gika Lopes Lula, Heber Santana, Hildécio Meireles, Ivana Bastos, José de Arimateia, Joseildo Ramos Lula, Jurandy Oliveira, Leur Lomanto Junior, Luciano Ribeiro, Luciano Simões Filho, Luiz Augusto, Manassés, Marcelino Galo Lula, Marcelo Nilo, Maria del Carmen Lula, Marquinho Viana, Mirela Macedo, Nelson Leal, Neusa Lula Cadore, Pablo Barroso, Pastor Sargento Isidório, Paulo Câmera, Paulo Rangel Lula da Silva, Pedro Tavares, Reinaldo Braga, Roberto Carlos, Rosemberg Pinto Lula, Samuel Junior, Sandro Régis, Soldado Prisco, Targino Machado, Tom Araújo, Vitor Bonfim, Zé Neto Lula, Zé Raimundo Lula e Zó. (58)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson): Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a sessão.

Há sobre a Mesa um requerimento assinado pelos deputados. (Lê): “*Os deputados infrafirmados, com base no que dispõe o inciso II, art. 92 do Regimento Interno, requerem a convocação de uma Sessão Extraordinária, a ser iniciada dois minutos após o encerramento desta, com o objetivo de apreciar:*

Requerimento de urgência n.º 9.201/2018, para o PL n.º 22.975/2018, Requerimento de urgência n.º 9.202/2018, para o PL n.º 22.971/2018, Requerimento de urgência n.º 9.203/2018, para o PL n.º 22.964/2018, Requerimento de Prioridade n.º 9.204/2018, para a PEC n.º 154/2018, Requerimento de Prioridade n.º 9.205/2018, para o PL n.º 22.973/2018, PL n.º 22.965/2018 e o PL n.º 22.934/2018, ambos do Poder Executivo.”

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson): Leitura do expediente.

OFÍCIOS

Da Deputada Ivana Bastos comunicando que, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar, esteve ausente na Sessão do dia 16/10/2018.

Do Deputado Pastor Sargento Isidório comunicando que, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar, esteve ausente nas Sessões dos dias 5 e 6/11/2018.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson): Submeto ao plenário as seguintes atas das seguintes sessões ordinárias: 88ª, 89ª, 90ª, 91ª, realizadas, respectivamente, nos dias 14, 19, 20 e 26 do mês de novembro de 2018; da sessão especial 62ª, realizada no dia 21 de novembro de 2018. Em discussão, as atas que acabaram de ser lidas. (Pausa) Encerrada a discussão, em votação. Os Srs. Deputados que os aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovadas.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson): Pequeno Expediente. **(Oradores inscritos)**

Primeiro orador inscrito, deputado Adolfo Menezes, por favor.

(O deputado Adolfo Menezes se manifesta fora do microfone.)

Chamo aqui o nosso futuro presidente para o biênio de 2021/2022, Adolfo Menezes, para assumir a presidência.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Por 5 minutos, o deputado Carlos Geilson.

Deputado Carlos Geilson, não começou nem o segundo ainda, e você já está anunciando para daqui a 2021. Está longe.

O Sr. CARLOS GEILSON: Sr. Presidente, subo à tribuna para registrar a minha alegria e a minha satisfação pelo acordo que foi celebrado ontem, que pacificou a Base do Governo. E todos os nomes que estavam na berlinda foram contemplados, com os trabalhos sendo divididos, aqueles que vão presidir a Casa pelos próximos 4 anos, quem vai liderar a Bancada do Governo e também quem fará a composição como 1º vice-presidente.

Fiquei muito feliz com a escolha do deputado Nelson Leal para presidir a Casa pelos próximos 2 anos, como também meu caro deputado Adolfo Menezes, da sua querida cidade de Campo Formoso, que reúne todas as condições para presidir esta Casa. Uma prova de maturidade inequívoca dos Srs. Deputados que, com condições de presidir a Casa, colocaram os nomes à apreciação. E no entendimento celebrado ontem, assim ficou pacificado. O presidente do primeiro biênio da próxima legislatura será o deputado Nelson Leal e, para o segundo biênio, o deputado que ora preside esta sessão, o querido amigo Adolfo Menezes.

Também quero dar uma palavra para o querido amigo Alex Lima, um campeão de votos. Uma surpresa muito agradável: conseguiu se eleger para o primeiro mandato com 46 mil votos e fez uma campanha brilhante. Chegou a 82 mil votos,

ganhou a confiança do governador Rui Costa, também colocou seu nome à apreciação, esteve o tempo todo participando das tratativas e será o componente da próxima Mesa Diretora na qualidade de 1º vice-presidente. Alex, que hoje é o 3º vice-presidente, vai subindo e já chega à 1ª Vice-Presidência. Muito feliz também com a escolha desse companheiro valoroso para compor a Mesa Diretora. No caso dele, continuará compondo a Mesa Diretora.

Mas também quero registrar a minha alegria por ver o deputado Rosemberg Pinto, amigo particular, Líder da Bancada petista, que agora será Líder do Governo. O deputado Zé Neto que começa a fazer a transição da liderança, tem uma transição lá em Brasília, mas tem uma transição também aqui na Bancada governista. Ele já vem exercendo, já vem colaborando com o deputado Zé Neto, e agora, meu caro Angelo Almeida, a Bancada governista terá um novo líder, um líder que com certeza saberá ouvir os seus liderados, um líder que não imporá a sua vontade e, sim, com o coletivo, participando das discussões. Então, a Bancada do Governo, o governador Rui Costa foi inteligente, percebeu que o deputado Rosemberg Pinto é muito querido na Bancada, respeitado e tem bom trânsito na Oposição.

Eu não estarei na Casa para acompanhar, vivenciar de perto, mas estarei, onde quer que eu esteja, acompanhando o sucesso dos meus amigos, dos meus companheiros. Estarei aplaudindo esse grande amigo Rosemberg Pinto na Liderança do Governo; o deputado Alex Lima, exercendo a 1ª Vice-Presidência; e os deputados Nelson Leal, no primeiro biênio, e o deputado Adolfo Menezes, no segundo biênio. Aos amigos, boa sorte, minha torcida! E sei que a Casa estará...

(O Sr. Presidente faz soar as campanhas.)

(...) muito bem representada pelos senhores, tanto na Liderança do Governo quanto também aqueles que vão compor a Mesa Diretora.

Um abraço, Sr. Presidente. Parabéns, sucesso! Estarei na torcida.

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões Filho): Muito bem, deputado Carlos Geilson.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões Filho): Convido, ainda no Pequeno Expediente, o deputado Adolfo Menezes.

O Sr. ADOLFO MENEZES: Sr. Presidente, Srs. Colegas Deputados, a imprensa noticiou, ontem e hoje, o acordo que houve com todas as lideranças maiores do nosso estado: o governador à frente, como autoridade maior; o presidente do PT, Everaldo; o líder do nosso partido, PSD, que é o maior partido hoje na Bahia, o senador Otto Alencar; o vice-governador João Leão, do PP; Davidson Magalhães, do PCdoB; resumindo, todos os partidos... senadora Lídice da Mata, do PSB.

Então, na conjuntura de dificuldades que o Brasil atravessa, e a Bahia, não é à toa que, a partir de hoje, vão tramitar nesta Casa projetos que vão impactar na vida de milhares de pessoas. Projetos duros, necessários, pelas dificuldades que a Bahia atravessa, que o Brasil atravessa. Então, foi bom que não houvesse, entre os quatro

deputados que fazem parte da base, disputa política nenhuma pela presidência desta Casa. É claro que aqui é um poder independente.

É claro que no dia 2 de fevereiro, quando se inicia o novo período legislativo, haverá a eleição da Mesa Diretora. A base do Governo tem a maioria na Casa e é composta por 44, 45 deputados, portanto, 12 votos a mais do necessário para se eleger o presidente. Num acordo em que fizeram parte todas as lideranças políticas do nosso campo, do nosso grupo do governador Rui Costa, foram acordados os candidatos e não houve problemas. Eu já havia falado aqui, na semana anterior, todos os candidatos: Rosemberg, Alex, Nelson. Todos são colegas, e o lugar só cabe um, não podem entrar os quatro. Então, tinha de ser escolhido um e o escolhido foi o nosso amigo e colega Nelson Leal, sem problema nenhum para os demais.

E ficou também acordado, claro, acordo com todas as lideranças, que no 2º biênio deverá ser eu o candidato. É claro que o amanhã só a Deus pertence. Da minha parte, sem problema nenhum, graças a Deus! Sei que as coisas não acontecem quando o homem lá de cima, quando Deus não determina. Então, sem problemas, sem mágoas. Estaremos aqui para aprovar o que for melhor para a Bahia.

A imprensa esteve, ontem, na coletiva do governador. São medidas duras, a gente sabe, mas, infelizmente, têm de ser tomadas. Aí a gente vê as críticas da Oposição dizendo que o governador maquiou a situação da Bahia.

Não, não maquiou! O governador Rui Costa – não é à toa que é o governador mais bem avaliado do Brasil –, logo no início do seu primeiro mandato, já entrou tomando medidas duras, acabando com a EBDA, acabando com o Derba, acabando com o Centro de Convenções, com a Ebal, medidas que ele tomou nos seus primeiros dias como governador, há 4 anos.

É claro que o governador tinha um candidato de seu grupo, que era o Fernando Haddad que, se fosse eleito presidente do Brasil – que não foi –, com certeza iria ajudar a Bahia. Então, talvez muitas dessas medidas não fossem necessárias se ele tivesse ajuda federal. Coisa que não teve, foi retaliado pelo presidente Temer, que está indo embora.

E, com certeza absoluta, a gente não espera, mas acredito que sejamos retaliados por esse novo governo que assumirá, do presidente Jair Bolsonaro.

Portanto, o governador, para continuar pagando os salários em dia, para continuar investindo, como investiu na Bahia nesses 4 anos... Só o estado de São Paulo, que é dezenas de vezes mais rico que a Bahia, investiu mais do que o governador Rui Costa.

Então, nós estamos aqui, a sua base, para apoiar. Não se trata de ser contra os funcionários, não se trata de ser a favor de fechamento de empresas. Agora, infelizmente, pela falência do Estado brasileiro, pela falência da Previdência que, nesse ano, vai tirar de hospitais, de estradas, de escolas, mais de R\$ 4 bilhões e 200 milhões, conforme o governador explicou detalhadamente.

Não teve outro caminho senão essas medidas amargas, para tentar sobreviver. É natural que ninguém quer ter a alíquota de Previdência aumentada, como já aumentou o estado do Ceará, como o estado mais pobre do Brasil, Sergipe, já

aumentou para 13.50, como Pernambuco já aumentou, como vários estados do Brasil já aumentaram.

É claro que ninguém quer, numa conjuntura dessa, perder seu emprego. Mas, infelizmente, é o que o governador expôs. Ou toma essas medidas, ou não paga o salário, como 18 governadores do Brasil não estão pagando o salário em dia, para não falar em investimentos, que não existem mais. Falo, aqui, de Rio de Janeiro, de Minas Gerais, do Rio Grande do Sul, três dos quatro mais importantes estados do Brasil. Então, são medidas duras, mas necessárias.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

O governador – vou concluir, Sr. Presidente – o governador, que é do Partido dos Trabalhadores, o governador que fez a sua vida política no meio sindical, defendendo os interesses dos trabalhadores, dos empregos... É muito duro tomar essas medidas, mas é como ele nos falava e falava à imprensa: ou toma essas medidas, ou não se paga o salário em dia, ou não se investe mais nada na Bahia. E 15 milhões de habitantes da Bahia não podem ser penalizados em detrimento, infelizmente, de alguns.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões Filho):- Muito bem, deputado Adolfo Menezes.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões Filho): Há um expediente na Mesa. Vou fazer a leitura para comunicar ao Plenário.

“A Proposta de Emenda Constitucional de nº 154/2018 que altera o parágrafo 5º do art. n.º 34, da Constituição do Estado da Bahia e dá outras providências.”

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões Filho): Ainda no Pequeno Expediente, convido o deputado Zé Raimundo, do PT, para fazer uso da palavra pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ZÉ RAIMUNDO LULA: Sr. Presidente, nobres colegas deputados e deputadas, a imprensa, os que nos assistem pela *TV Assembleia*, os colaboradores aqui da Mesa Diretora, Sr. Presidente, mesmo estando neste momento de final de ano, final de mandato do nosso governador Rui Costa, e mais ainda, do debate que se inicia nesta Casa sobre a sucessão da Mesa Diretora, das medidas do nosso governador, ao lado desses temas mais localizados... nós temos tido a oportunidade de continuar acompanhando as ações do nosso governador Rui Costa.

Mesmo neste período já de final de ano, temos recebido importantes lideranças da nossa região do Sudoeste da Bahia. Recebemos ontem, aqui, a companheira vereadora Mônica, do município de Tremedal, e o companheiro Fábio, lá de Jacaraci, acompanhando demandas na área da infraestrutura hídrica. Também estamos acompanhando as medidas da Embasa com relação às cidades que sofreram até recentemente uma grande estiagem, o caso de Guajeru, de Maetinga, de Jânio Quadros, e da própria cidade de Piripá. Condeúba, depois de uma grande chuva, já

melhorou a segurança hídrica. E o governador Rui Costa vem tomando medidas junto à Embasa, melhorando a oferta de água.

Em Vitória da Conquista, estamos já colocando a adutora em funcionamento, num grande distrito, o distrito de Veredinha, em teste, para fornecer água ao distrito que, na verdade, é um povoado, praticamente uma minissede de município. Enfim, estamos trabalhando... Além, evidentemente, da Barragem do Rio Pardo, cujo compromisso o governador Rui Costa assumiu. E estamos também em Brasília acompanhando.

Além disso, eu e o deputado federal Waldenor Pereira, o vereador Fernando Jacaré, o Dr. Alexandre, que é procurador da Câmara, os nossos assessores, visitamos, na semana passada, obras importantes, como o novo aeroporto de Vitória da Conquista, acompanhando-as. Da mesma forma que na área da saúde, acompanhando a ampliação do Hospital de Base de Vitória da Conquista, o Hospital Geral de Vitória da Conquista, com novos leitos de UTI, novos equipamentos, enfim. E, mesmo nesse período, o governador Rui Costa vem trabalhando intensamente.

Nesta semana, estamos agendados. Já há todo um processo também de visitas. Vamos visitar três grandes colégios municipais e estaduais, em que colocamos emendas, como no Colégio Militar da Bahia, para a construção de quadra poliesportiva. Idem para o Colégio Modelo, também chamado Luís Eduardo Magalhães. Na época, mais de quarenta colégios tiveram o mesmo nome, embora o deputado federal não tenha nada a ver com educação. Denominou-se assim e nós respeitamos. E vamos visitá-lo também, com indicação nossa para uma quadra poliesportiva. E ainda o Colégio Sá Nunes, de ensino médio, em que vamos colocar também uma importante obra de recuperação, como nessas escolas.

Então, mesmo nesse final de ano, nós estamos intensamente trabalhando com o nosso mandato, como disse aqui em Salvador, em Vitória da Conquista. E em Brasília o deputado federal Waldenor Pereira tem também encaminhado emenda para o atendimento de reivindicações de obras em Vitória da Conquista e na região do Sudoeste.

A partir de janeiro, uma série de entregas que, em função do período eleitoral, não foi possível. Vamos entregar, também na região, tratores, canos, caixas-d'água. Enfim, muitas ações. Muitas reivindicações foram feitas e só agora serão entregues essas reivindicações.

E o segundo ponto que eu gostaria de deixar aqui também, Sr. Presidente, é uma breve consideração com relação à renovação, que ocorrerá no dia 1º de fevereiro, da Mesa Diretora, como a imprensa divulgou, uma nova composição. Porém, mais do que os nomes que estão colocados, Sr. Presidente, eu acho importante esta Casa se debruçar sobre a modelagem do Poder Legislativo.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Há um cansaço desse modelo de assembleias estaduais, do Congresso Nacional, de Câmara de Vereadores e, se os partidos não fizerem uma reforma profunda no funcionamento dessas instituições, elas irão, cada vez mais, perder a legitimidade.

Disse aqui em outros momentos, metaforicamente, que o povo iria tocar fogo nos parlamentos do Brasil. Metáfora, claro...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) porque está aí a deslegitimação no Poder Legislativo da representação, ou seja, da crise da democracia representativa.

Por isso, essa nova Mesa Diretora há de se debruçar sobre o conteúdo, sobre a substância do Poder Legislativo, Sr. Presidente.

É a minha consideração sobre esse tema. Voltarei a ele futuramente.

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões Filho): Muito obrigado deputado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões Filho): Com a palavra deputado Hildécio Meireles pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. HILDÉCIO MEIRELES: Sr. Presidente, Srs. Deputados, senhoras e senhores presentes aqui neste Plenário, ouvi, há pouco, aqui, alguns deputados se pronunciarem já falando sobre a provável composição da próxima Mesa, mas nós temos um problema aqui, agora, meu caro deputado Augusto Castro, que é esse “pacotão” de maldades que o governador da Bahia enviou para esta Casa, de forma açodada, atropeladora, para esta Casa decidir. Porque é assim que esta Casa vota, esta Casa que aprova as leis. Portanto, se não for aprovada, não será sancionada. Então, a responsabilidade é desta Casa. E, de forma atropeladora, nós vamos decidir aqui os destinos de, provavelmente, milhões de baianos e baianas para o futuro próximo.

Eu diria que a Bahia está turvando, a Bahia está escurecendo. Não há mais propaganda capaz de maquiar a realidade em que a Bahia vive, aliás, em que vive já há muito tempo. Não é coisa de agora e nós vamos, como disse aqui, ter a oportunidade de discorrer sobre esse assunto em outros momentos desta tarde de hoje, como também nas sessões próximas, quando teremos um debate mais acirrado com relação a esse “pacotão” da ruindade que chegou aqui nesta Casa.

Mas o que eu vou falar aqui, meu caro deputado Luciano, já é uma preocupação antecipada com a piora da situação na Bahia no que diz respeito àqueles serviços públicos de responsabilidade e de obrigação do governo do estado. E a gente começa a imaginar: se está ruim, vai ficar pior ainda.

No domingo passado, eu tive a oportunidade de visitar um distrito de um pequeno município no Baixo Sul da Bahia e a maior queixa de todas aquelas pessoas com quem conversei é exatamente sobre a falta de segurança pública. E o que a gente vê na Bahia é que não há uma cidade sequer, por menor que seja, em que a criminalidade, meu caro deputado Euclides Fernandes, não tenha tomado conta dessa localidade. Portanto, de toda a nossa Bahia.

Infelizmente, as famílias das localidades pequenas deste estado, seja nas sedes das cidades, nos distritos ou até nos povoados, não têm mais o privilégio de sentar na sua porta como antigamente, porque a marginalidade, infelizmente, tomou conta da Bahia em todos os seus recantos.

Da mesma forma, quando algum cidadão ou cidadã baiana, meu caro deputado Bobô, precisa de um serviço de saúde que seja oferecido, ou melhor, que não é oferecido pelo governo do estado, as policlínicas não resolvem seus problemas, sobretudo daqueles que estão nos rincões do interior da Bahia. A falta de atendimento nas emergências é um problema que tem ceifado com a vida de baianos e de baianas. Essa tal dessa regulação tem sido um fator que tem eliminado vidas de baianos e de baianas.

Portanto, meus senhores e minhas senhoras, Srs. Deputados e Sr.^{as} Deputadas, eu fico imaginando o que será deste estado com essa situação que o governo não tem mais como maquiagem. O governo não tem mais como esconder a situação fiscal de penúria, que é o governo da Bahia, que tem sido ao longo do tempo, mas que infelizmente, o governador, para ganhar a eleição da forma que ganhou, teve que colocar embaixo do tapete. Mas, infelizmente, agora no tapete não cabe mais esconder essa ineficiência da política fiscal do governo da Bahia.

Obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões Filho):- Agora, o deputado Luciano Ribeiro, também pelo tempo de 5 minutos, ainda no Pequeno Expediente.

O Sr. LUCIANO RIBEIRO: Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, imprensa presente, funcionários públicos presentes aqui nessa Assembleia.

Sr. Presidente, estamos a assistir o pós-eleitoral na Bahia. A Bahia, que viveu o período eleitoral e que deu ao governador eleito mais de 70% dos votos, baseado na sua propaganda da eficiência do estado, da saúde financeira do estado, hoje assiste, de forma vergonhosa, o governador vir a público e dizer que o estado está falido. Nós, aqui, alertávamos, há 4 anos, que não era verdadeiro, que não era real o que se pregava, o que se dizia. E hoje a população está a assistir.

Estaremos apreciando, a partir de hoje, diversos projetos. E o governador disse que não quer falar com a Oposição, disse que não quer falar com o povo baiano, que não precisa discutir e que não precisa demonstrar. E envia esses projetos, todos eles que aqui serão aprovados, hoje, pela Base do Governo em regime de urgência, em regime de prioridade. Isso significa que é para o povo não ouvir, que é para o povo não saber. Mas nós seremos a voz do povo. Nós aqui iremos demonstrar ao povo o tanto de inverdades, de irrealidades que pregaram na Bahia.

São projetos que jogam nas costas do servidor o custo da Previdência Social. Eu alertei durante 4 anos que o governador estava a retirar, do Baprev, a poupança que lá existia para os futuros servidores, e a usar no Planserv, para poder cobrir o aporte que seria do Tesouro estadual. Ninguém ouviu, e hoje está a realidade: a confissão vergonhosa de que a Previdência do estado da Bahia está quebrada. Agora, sem dizer quais outras medidas poderiam ser tomadas sem que sacrificassem mais uma vez o servidor público, que está há 4 anos sem receber reajuste salarial, aumenta a sua contribuição, que é diminuição de salários. E mais ainda e tão grave quanto:

diminui a participação do estado no aporte financeiro ao Planserv, o que vai quebrar o plano de saúde dos servidores públicos. Imagine que o governador vai tirar – já tirou 1% naquela outra oportunidade – 50% daquilo que ele aporta no Planserv. Para onde vai este plano? Como os servidores públicos vão viver com este Planserv sem aporte financeiro? Mais ainda: o governador confessa aqui que vai querer mudar as metas fiscais para este ano e assume um débito de R\$ 1,3 bilhão, que ele vai deixar no ano de 2018. Mais ainda: o governador disse que nesta reforma ele extingue cargos. Não é verdade, não é verdade. Ele reenviou hoje um projeto, porque antes era de 800 cargos... Hoje ele enviou um projeto retificando: vão extinguir 1.834 cargos, mas está aí criando, em contrapartida, 1.621 cargos.

E mais grave, mais grave ainda: esses cargos que serão extintos, em torno de 200, são os que possuem a menor remuneração; e os que estão criando, a maioria deles, os que possuem maior remuneração.

É preciso que a sociedade baiana se volte contra isso, se manifeste, que não deixe passar, como quer a Base governista, como quer o governador, que retirou todos os projetos que estavam tramitando nesta Casa. Ele acabou de retirar da pauta para poder passar o rolo compressor sobre os baianos. E está criando taxas, aumentando taxas, aumentando tributos. Tudo isso o governador quer passar na calada da noite ou na calada da tarde ou da madrugada. Mas nós estaremos aqui fazendo o contraponto.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões Filho):- Deputado Angelo Almeida, agora pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ANGELO ALMEIDA: Sr. Presidente, Srs. Deputados, imprensa presente, os telespectadores da *TV Bahia*, penso que nunca é tarde para se fazer o alerta baseado em um passado recente, um passado triste, que foi justamente o final de 2014, quando, magoado pela derrota, o *playboy* mineiro – que todos nós conhecemos quem é – insistiu em vir a público fazer esse discurso bem parecido com o que o prefeito de Salvador vem fazendo agora.

Na verdade, o prefeito de Salvador vem repetindo aquele mesmo tom, aquela cena do menino malcriado e que aprendeu a conviver em ambiente de *playground* de prédio, não aprendeu a brincar em outro lugar, e quando ia jogar bola e não era escalado, pegava a bola, botava embaixo do braço e deixava os colegas lá. Foi isso que ele fez, sobretudo, quando deixou, literalmente, na mão os seus aliados que acreditavam nele.

E agora tenta impor para a Bahia um discurso que a sociedade e o povo da Bahia, sinceramente, deputado Luciano Ribeiro, não vão pactuar. Não vão, porque o que nós temos visto na Bahia, sobretudo no governo Rui Costa, é o governo da austeridade. E é esta mesma austeridade que o governador vem defendendo e dito que vai manter: austeridade com transparência.

Ontem, o povo da Bahia e a imprensa baiana tiveram, inclusive, essa oportunidade, em que o governador convoca uma coletiva e apresenta, item por item, pautando as mudanças, pautando as reformas, calçado justamente no seu plano, que sempre foi o de manter a integridade da economia do nosso estado.

Não podemos deixar de lembrar aos senhores que, de 2015 até este momento, a Bahia, com toda essa onda de dificuldade, de crise econômica, vem sendo o estado, o segundo ou terceiro estado, perdendo apenas para São Paulo, que mais investimento traz para o povo baiano.

Portanto, meu caro deputado Zé Raimundo, o que estamos vendo aqui é uma ladainha repetida do que aconteceu em 2014. Portanto, há 4 anos. É importante que alinhe o discurso. Mas faça um discurso moderno, mudem essa prática, porque essa prática o povo da Bahia não aceitou. E parece até que estão fazendo isso sem olhar a realidade! O atual, aliás o futuro presidente – esse que fez essa cena patética de, domingo, estar ali vestindo a camisa do Palmeiras para entregar troféu da CBF –, esse presidente patético não foi aceito na Bahia. Na Bahia, nós sabemos em quem o povo votou e por que votou.

Então, fazem um discurso hoje pregando o precipício, quando, na verdade, o governador trabalha para manter o estado na sua integridade e o estado cumprindo com os seus compromissos. Nós sabemos que são duras as medidas. Mas são necessárias essas medidas. E o governador tem o respaldo, sim, não só da sua Bancada, como também, tenho certeza, do povo da Bahia.

O povo de Feira de Santana, Geilson, está me provocando, alguns amigos e companheiros, para ver a nossa opinião com relação ao Centro Industrial de Subaé. E para minha surpresa, eu fui a uma viagem no Rio de Janeiro...

(O Sr. Presidente faz soar as campanhas.)

O Sr. ANGELO ALMEIDA: Com sua permissão, Excelência, 30 segundos para concluir!

(...) nesse fim de semana, quando o nosso querido companheiro, o almirante de esquadra Almir Garnier, que recebeu aqui nesta Casa o Título de Cidadão Baiano e a Comenda Dois de Julho, foi receber uma homenagem na sexta-feira.

E lá eu recebi a notícia que o prefeito da cidade havia dito que a extinção do CIS iria prejudicar o emprego de 2.500 pessoas na cidade.

(O Sr. Presidente faz soar as campanhas.)

O Sr. ANGELO ALMEIDA: Por favor, Sr. Presidente, para concluir, eu quero saber, do prefeito Colbert, onde estão essas 2.500 pessoas empregadas, porque lá o CIS tem 26 pessoas contratadas em cargo de comissão!

Cabe ao prefeito ter responsabilidade dentro do seu posto para não estar plantando mentira para as pessoas.

Obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões Filho):- Obrigado, deputado.

(Não foi revisto pelo orador.)

GRANDE EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões Filho):- Não há mais oradores no Pequeno Expediente. Vamos para o Grande Expediente, que hoje é do deputado Rosemberg Pinto, pelo tempo de 25 minutos.

O Sr. ROSEMBERG PINTO LULA: Srs. Deputados, Sr.^{as} Deputadas, imprensa, visitantes, servidores e servidoras, meu querido secretário de Agricultura, licenciado para assumir o cargo de deputado estadual, eu quero aqui, em primeiro momento, agradecer as palavras do deputado Carlos Geilson, com relação ao anúncio feito pelo governador Rui Costa ontem, do convite que me fez para assumir, a partir de fevereiro, a Liderança do Governo... Quero agradecer muito as palavras do deputado Carlos Geilson, que não vai estar presente nesse momento, mas certamente vai fazer falta, já disse isso aqui. Da mesma maneira, o deputado Luciano Ribeiro, que lidera a Bancada da Oposição.

E quero agradecer, obviamente, publicamente ao governador Rui Costa pelo convite. Espero corresponder à altura, numa perspectiva – e foi isso que ele me disse ontem – de que nós só podemos liderar um grupo se respeitarmos a diversidade. Por isso, deputado Luciano Ribeiro, que tenho um respeito grandioso por V. Ex.^a. E não foi do governador Rui Costa que saiu qualquer manifestação no sentido de não respeitar os espaços da Oposição nesta Casa. Muito pelo contrário, em todas as conversas que nós tivemos, ficou claro que nós deveríamos montar uma estratégia de governo, mas respeitar a Oposição no espaço da democracia, nos espaços que a Casa assim possibilita. E com isso a gente pode construir, sem dúvida alguma, uma relação madura em que a continuidade do debate, da pluralidade de ideias nesta Casa deve prevalecer.

Eu, deputado Gika, ouvi hoje uma declaração do prefeito da cidade do Salvador falando em nome da Oposição da Casa. Quero aqui deixar registrado que eu respeito como Líder da Oposição nesta Casa o deputado Luciano Ribeiro. Por isso que eu não acredito no que o prefeito de Salvador veiculou, de que a Oposição estava arquitetada com o deputado Nelson Leal. Não é verdade. E quero aqui defender o deputado Nelson Leal, que teve uma discussão sempre priorizando a estratégia montada com o governador de fazer um debate primeiro no campo do governo, para que a gente pudesse apresentar uma candidatura de presidente nesta Casa, voltada à construção da unidade da nossa Base, respeitando a Oposição, é lógico. E, se ela quiser apresentar uma candidatura alternativa, tem legitimidade para isso. Mas quem tem legitimidade na Casa para falar da Oposição, da sua estratégia, chama-se Luciano Ribeiro, porque o prefeito de Salvador não teve nem capacidade de dirigir a sucessão da Casa Legislativa de Salvador, imagina aqui a sucessão da Casa Legislativa do Estado da Bahia.

Eu queria dizer, deputado Marcelo Nilo, que vamos fazer um debate nesses próximos dias extremamente significativo. Primeiro, quero dizer aqui que quem está dizendo que o governador enganou com relação às contas do estado, está, efetivamente, com a memória curta, porque, há 30 dias, esteve nesta Casa o secretário

da Fazenda, Manoel Vitório, e apresentou todas as contas do estado, apresentou as perspectivas de receita e de despesa, deixando claro como passam as nossas finanças e, obviamente, apresentando também uma relação entre o cenário estadual e o cenário nacional ao olhar da economia.

Então, eu quero dizer que a sociedade sabia e sabe o que o governador fez para garantir que o estado da Bahia fosse considerado o estado mais equilibrado nas suas contas entre todos os 27 estados, que honrou durante os últimos 4 anos desse governo com os servidores, com os fornecedores, com as despesas do estado corretamente. É lógico que com um problema aqui, outro problema ali, mas dentro de uma perspectiva de fazer com que o estado baiano consiga executar as obras e as ações necessárias para atender a expectativa da sociedade baiana.

E é por isso, deputada Fabíola, que o governador tem legitimidade para apresentar algumas medidas que ele está apresentando a esta Casa, não com uma visão fechada, mas com uma visão de apresentar um debate para que a gente possa ajustar as contas do estado ainda mais, para que a gente possa chegar daqui a 4 anos e dizer que nós tomamos a medida correta.

Há 4 anos, nós estávamos fazendo esse debate aqui. Nós estamos fazendo esse debate com relação à Ebal; nós estamos fazendo esse debate com relação ao Derba; nós estamos fazendo esse debate com relação a algumas estruturas do estado que, ao olhar deste Plenário – e por isso votou favorável naquele momento –, poderiam, num ajuste, garantir que as contas do estado pudessem ser cumpridas ao longo dos 4 anos que passaram.

E agora, mais uma vez, vamos fazer um novo exercício, para que a gente possa averiguar a situação do estado baiano e como ele poderá e deverá se comportar para os próximos quatro.

Para isso... Eu recebi aqui e li o documento do Sintracom, que está correto do ponto de vista da defesa dos interesses dos trabalhadores e da construção civil do estado da Bahia. Mas é preciso entender que a nossa querida Conder precisa ter uma intervenção. Se será sua extinção, como propõe o projeto que está aqui, ou se será um ajuste interno, esse debate que vamos fazer aqui chegará a uma conclusão. Mas a Conder já não cumpre o seu papel que cumpria outrora quando executava as obras no estado da Bahia.

Hoje, na realidade, aquela instituição passa a conveniar com as prefeituras, com as diversas instituições, em vez de ser um órgão, deputado Angelo, de execução, como se previa no passado. Uma instituição em que seu corpo técnico, merecedor de elogios, está numa condição de que ela já não consegue mais executar essa atividade na plenitude que acontecia há 30 anos. Como o próprio Sintracom aqui apresenta, pelo menos 70% do seu corpo técnico já com uma idade para aposentadoria ou pelo menos 70% dela já aposentados, recebendo inclusive da Previdência do estado da Bahia. Então, esse debate nós temos que fazer, aqui, com muita tranquilidade.

Mas eu quero chamar a atenção – e disse isso a semana passada aqui – com relação à Previdência do estado. Eu tenho tranquilidade para falar sobre isso porque tenho uma Previdência, que é a previdência da Petrobras, a Petros, em que nós

contribuíamos com uma parte e a Petrobras contribuía com outra. E, antes de eu me aposentar, a minha expectativa é que eu iria receber pelo menos 100%, deputado Sandro Régis, do que eu estava contribuindo.

Mas, ao longo do período, nós fomos debatendo sobre o futuro da Petros e percebemos que o seu cálculo atuarial não permitia, naquele formato, uma vida longa, porque era impossível com o aumento da expectativa de vida dos trabalhadores da Petrobras, com a forma de contribuição, com uma redução efetiva de pessoal substituído, com os avanços tecnológicos, por estruturas mais automatizadas. Com isso, era impossível uma contribuição garantir a complementação da aposentadoria do número maior de trabalhadores ou de aposentados do que de trabalhadores na ativa. E nós, trabalhadores, tivemos a coragem, eu na época no sindicato, de abrir esse debate com a categoria e dizer o que era melhor para os trabalhadores: se era manter aquela situação e ver a Petros entrando num aprofundamento e numa perspectiva de morte ou se nós iríamos abrir o debate e apresentar alternativas a um plano, para que eu pudesse ter a tranquilidade de receber a minha suplementação até os últimos dias da minha vida.

E esse debate nós fizemos! E é lógico que todos pagaram um preço por isso. Mas o maior preço e o maior lucro, deputado Bobô, que nós tivemos dentro da Petros são, hoje, ela ser uma instituição superavitária. E eu que ia receber 100%, optei em receber 80, mas com uma segurança de que esses 80 eu vou receber pelo resto da minha vida. Enquanto que, se todos nós fôssemos na visão anterior, certamente hoje nós estaríamos falando de instituições que não teriam capacidade de sobreviver, a exemplo de vários planos previdenciários que aconteceram em diversas empresas estatais, que foram extintos, porque pela forma como estava prevista não sobreviveria.

Nós temos que fazer esse debate aqui sobre a Previdência do estado da Bahia. Nós já aprovamos aqui o novo plano de previdência, e esse novo plano de previdência, dentro de um conceito mais moderno, tem condição, efetivamente, de sobreviver por muito tempo. Acontece que o plano da maioria dos servidores do estado, se nós não encontrarmos uma solução pactuada com os principais interessados, que são os servidores, nós poderemos não ter esse plano com sobrevivência e com capacidade de garantir o pagamento aos servidores aposentados. Por isso que esse é um debate que nós precisamos fazer com muita tranquilidade e sem a emoção.

Essa coisa de passar de 12 para 14%... E eu digo isso para todas as pessoas, inclusive na minha casa, onde os meus irmãos, a maioria é de servidores aposentados do estado. Disse para eles: “Olha, nós precisamos fazer esse debate com muita tranquilidade”. A maioria dos estados já está nesse percentual e não é isso que vai resolver o problema do plano de Previdência do estado. Ou nós vamos encontrar um momento em que esses dois planos se encontrem, que haja um “imbricamento” entre esses dois para ter sustentabilidade... Ainda assim, nós vamos jogar para a população a responsabilidade dos aposentados do estado baiano. E quem vai pagar por isso será uma grande parcela da população, inclusive a parcela mais carente da população, que estará tirando do seu para garantir a aposentadoria dos outros.

Então, esse é um debate que nós temos que fazer, deputado Sandro, com muita tranquilidade, sem aqui colocar responsabilidade em ninguém. Esse plano, ele vem com problemas há muito tempo. Se nós não conseguirmos buscar e tivermos uma solução paliativa... Precisamos debatê-lo de uma forma mais complexa, com mais conteúdo, entendendo... E repito aqui: se hoje o estado baiano bota 4 bilhões para suplementar a aposentadoria... Suplementar a aposentadoria que nem o estado e que nem o servidor colocou o dinheiro nesse plano. E nós temos que tirar de outras pessoas o dinheiro para complementar isso, deputado Luciano Ribeiro.

E nós temos que fazer essa discussão. De que maneira? Como nós fizemos na Petros. De que maneira? Nós criamos o Plano I e o Plano II, o plano antigo e o plano novo. E que migração nós fizemos para que pudéssemos encontrar uma forma...

O Sr. Luciano Ribeiro: V. Ex.^a me concede um aparte, deputado?

O Sr. ROSEMBERG PINTO LULA: Certamente.

De dar sobrevida a um plano de previdência que atenda, de fato, aos interesses dos seus beneficiários.

Com a palavra, o deputado Luciano Ribeiro.

O Sr. Luciano Ribeiro: Deputado Rosemberg, embora não seja servidor público, eu tive o cuidado, assim que entrei nesta Casa, de fazer um estudo sobre os dois planos de previdência do estado, o Funprev e o Baprev.

Parece-me que o governo, naquela oportunidade, até estava bem-intencionado, mas foi mal gerido, porque o Baprev foi criado e duas coisas aconteceram. Quando se criou o Baprev para os novos servidores que iriam ingressar na administração pública a partir de 2008, esse fundo, a princípio, criaria uma poupança, porque os servidores são novos, e só seria utilizado depois de 25 anos, 30 anos, quando eles comessem a se aposentar. Ou seja, seria um fundo sadio, o Baprev.

Em contrapartida, esses servidores novos deixaram de contribuir para o Funprev, já que esse não é o plano deles. Quando aumentou, e estava previsto que iria aumentar, o número de aposentados pelo Funprev diminuiu a arrecadação desse fundo. O governo que está há 12 anos na Bahia não previu isso e nem trouxe essa discussão para a sociedade, nem para este parlamento.

Porque é preciso, deputado Rosemberg, que se discuta, e V. Ex.^a está chamando para o debate, se não há outras fontes e outras formas de melhorar o problema da previdência que não seja sacrificando mais ainda o servidor público que, neste caso, está há 4 anos sem reajuste salarial. Dois por cento corresponde a 16% do seu salário para a previdência. E ainda, no Planserv, o governo está retirando 50% do que faz a posse do Planserv.

No Baprev, por sua vez, aqueles servidores que ingressaram e que vão se aposentar em 25 anos, 30 anos, estes estão com seu fundo zerado, porque o governo está retirando do Baprev para cobrir o Funprev. É isso que não dá para discutir, não dá para chamar para discutir, como V. Ex.^a quer chamar para debater, e querer debater em regime de urgência, sem passar nas comissões temáticas, sem fazer audiência pública, sem buscar outras alternativas.

É isso que a Oposição questiona, não ter sido feito esse debate na época da eleição, da campanha, e o governador não o ter assumido antes de ser eleito com mais de 70% dos votos com o discurso de que estavam todas sadias as finanças do estado.

Muito obrigado pelo aparte, e desculpe-me por me ter estendido um pouco mais.

O Sr. ROSEMBERG PINTO LULA: Sem problema.

Deputado Luciano, veja bem, eu não posso legitimar a falta do debate desse tema na Casa. Por várias vezes, em diversos momentos, aqui coloquei a minha posição fora do momento eleitoral, porque entendo que essa é uma questão que precisa ter um olhar muito apurado, e um olhar para os servidores, pois as pessoas contribuíram de boa-fé para receber a aposentadoria.

Mas nós precisamos tirar algumas distorções. Não existe em nenhum lugar do mundo um plano de Previdência que seja pago da forma que ele é, que não tenha limite, que as pessoas recebam 100% do salário. Não existe em lugar algum!

Então, isso não demonstra que vai ter um final feliz para os servidores. Eu estou preocupado com o futuro dos servidores aposentados. E nós temos que fazer esse debate. Se o Executivo apresentou isso aqui, agora, e se, obviamente, dentro da concepção de V. Ex.^a, poderia ter sido anteriormente, eu puxei esse debate aqui.

Quis fazer esse debate por diversas vezes. Falei aqui várias vezes que ficamos na dicotomia entre atacar e defender o governo. Um time atacando e um time defendendo e, às vezes, não fazemos o debate de conteúdo que a sociedade tem a expectativa que façamos aqui para atender a seus interesses. Mas, antes tarde do que nunca. Eu quero fazer esse debate porque eu não tenho qualquer problema. E nós não estamos debatendo.

E o projeto não prevê, inclusive, essa outra questão. E eu disse ao governador que era apenas um paliativo, nós vamos ajustar...

O Sr. Angelo Almeida: V. Ex.^a me permite um aparte?

O Sr. Alan Sanches: V. Ex.^a me permite um aparte?

O Sr. ROSEMBERG PINTO LULA: Vou dar o aparte ao deputado Angelo e, depois, ao deputado Alan.

De 12% para 14%, mas apenas estamos resolvendo um problema, porque isso vai apenas render 260 milhões num déficit de 4 bilhões e 300 milhões. É lógico que isso...

Mas é preciso iniciar de alguma forma. Nós precisamos pensar como se faz isso. A Bahia ainda é o único estado em que a participação é de 1 para 1, de 2 para 1, desculpem-me: o servidor entra com R\$ 1,00 enquanto o estado entra com R\$ 2,00. Em nenhum outro estado é assim. Nós debatemos isso quando eu estava na Petrobras. Quando eu estava na Petrobras era assim. Nós começamos lá e hoje é 1 para 1. Em todos os lugares é assim.

Então, eu estou querendo fazer o debate técnico, o debate de um plano que tenha vida e que ele possa servir aos servidores. Mas um plano que possa depois ser um Capemi da vida, esse eu não quero para os servidores, porque eu não quero para a

minha família, que se aposentou por esse plano e que pode não receber aquilo que tinha em sua expectativa.

Deputado Angelo; depois, deputado Alan.

O Sr. Angelo Almeida: Sr. Presidente, peço vênia, aí, no tempo.

Eu quero só lembrar ao deputado Luciano e, também, para esclarecer, no debate, que o Baprev é um sistema novo, que foi implantado, se não me engano, a partir de 2016/2017. E esse sistema, deputado, ele vai acolher os novos servidores do estado da Bahia, os que passam a ser servidores do estado a partir da data de sua fundação.

E nesse sistema já tem um teto. Ao servidor que entra pelo Baprev, o máximo que ele vai atingir é o teto previdenciário em nível nacional, que hoje é de R\$ 5 mil 600 e poucos. A partir disso, deputado Luciano, se o servidor quiser aumentar a sua renda, aposentar-se de forma diferenciada, ele vai aportar os seus recursos e o estado vai fazer a paridade com o aporte dele.

É isso que eu entendo. Não estou vendo por que a polêmica aqui de se discutir o Baprev, que é um plano novo e correto para ser aplicado no estado com os servidores novos.

O Sr. ROSEMBERG PINTO LULA: Deputado Alan, só tenho 30 segundos.

O Sr. Alan Sanches: É rápido, deputado.

O Sr. ROSEMBERG PINTO LULA: Pois não.

O Sr. Alan Sanches: Deputado, V. Ex.^a, como sempre, uma excelente escolha do governador. Tenho que... mesmo estando em lados opostos, sei do conteúdo que V. Ex.^a sempre traz e contribui...

O Sr. ROSEMBERG PINTO LULA: Obrigado.

O Sr. Alan Sanches: (...) para os debates nesta Casa. E por isso mesmo quero chamar a atenção de V. Ex.^a a respeito...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) do seu discurso, porque precisamos debater. V. Ex.^a sabe que hoje entrou em pauta aqui para votação... me parece que são três urgências, duas prioridades, e ainda o orçamento e os *royalties*.

V. Ex.^a sabe que em uma semana nós não vamos conseguir debater, esclarecer para a sociedade todos esses projetos. Por que essa forma tão açodada que o governo quer? É para que não haja discussão? Porque ele tem medo, realmente. O governo tem medo que a sociedade fique esclarecida sobre todos esses temas, sobre esse pacote de maldades que encaminha para esta Casa? Será que é isso, deputado Rosenberg?

O Sr. ROSEMBERG PINTO LULA: Não!

Só para concluir.

Acho que não, deputado Alan. Isso são os problemas que temos no Brasil inteiro na relação entre o Executivo e o Legislativo. Eu acho que precisamos debater. Não é uma questão do estado da Bahia, isso acontece em todos os lugares. Acontece

aqui, na relação do Executivo, na cidade de Salvador; na minha cidade, Itororó. Eu acho que é um erro que precisamos corrigir do ponto de vista global, não é uma coisa específica...

O Sr. Targino Machado: Sr. Presidente!

O Sr. ROSEMBERG PINTO LULA: (...) daqui, da Bahia.

Para concluir...

O Sr. Targino Machado: Sr. Presidente!

O Sr. ROSEMBERG PINTO LULA: Vou concluir. Vou concluir.
Concluindo...

O Sr. Targino Machado: Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões Filho): Para concluir, nobre deputado.

O Sr. ROSEMBERG PINTO LULA : Sr. Presidente, eu acho que nós vamos ter a oportunidade de fazer esse debate. Eu estou muito tranquilo sobre essa questão da previdência. Estou aberto, obviamente por ter participado do debate em relação à Petros, a fazer um grupo aqui, mesmo nesses 8 dias que tenhamos, ou 30 dias, para que possamos debater e encontrar um caminho pactuado, porque a minha preocupação, além do estado, é também com os servidores que se aposentarão e outros que estão aposentados.

Muito obrigado.

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões Filho): Obrigado, deputado.

(Não foi revisto pelo orador nem pelos aparteantes.)

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões Filho): Passamos para o Horário das Representações Partidárias.

Com a palavra o Líder da Maioria ou o representante do PSB.

O Sr. Angelo Almeida: Sr. Presidente, falará o deputado Marcelo Nilo, por 10 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões Filho): Com a palavra o deputado Marcelo Nilo, por todo o tempo.

O Sr. MARCELO NILO: Sr. Presidente, Srs. Deputados, ontem eu fui procurado pelo jornalista do *Bahia Notícias*, querendo saber a minha opinião, como deputado, sobre como foi este ano no Poder Legislativo baiano.

Eu disse, em alto e bom som, e assumo diante dos pares, que este ano, para mim, dos 28 anos que estou na Assembleia Legislativa, foi o mais inútil, talvez o ano em que a Assembleia menos funcionou em sua totalidade. Comissão, praticamente não existe. Plenário, só se votam projetos do Executivo; e só funciona esse Plenário num dia como hoje porque existem projetos oriundos do Poder Executivo.

Não fiz qualquer crítica individual; pelo contrário, disse que a culpa seria dos 63 parlamentares, com poucas exceções, porque a Casa, infelizmente, está totalmente desvinculada daquilo que o povo espera do parlamento baiano. Nunca, pelo menos

nesses 28 anos, eu vi esta Casa praticamente sem exercer o seu papel de fiscalizar o Poder Executivo e elaborar as leis do estado.

Quando era deputado da Oposição, eu dizia, em alto e bom som, que se nós colocarmos um servidor na entrada da Assembleia com um carimbo, “Aprovado”, a Casa não vai fazer falta à Bahia. Sei que muitos parlamentares procuram cumprir com seus deveres, mas, na prática, infelizmente, sem qualquer culpa individual, porque me incluo entre os 63 parlamentares que foram eleitos pelo povo da Bahia para exercer o papel de deputado estadual na Casa do povo...

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, fiz esta crítica para dizer que, infelizmente, nós não estamos cumprindo o nosso papel. Aliás, hoje, a Assembleia Legislativa passa, talvez, por sua pior crise financeira desde o início da história do Poder Legislativo baiano.

No ano passado, 2017, o orçamento, feito, elaborado e aprovado quando éramos presidente da Assembleia, teve superávit, houve uma devolução de R\$ 555 mil. Este ano, nós, parlamentares, não temos informação sobre as finanças da Assembleia Legislativa. O que nós sabemos é que não se paga verba indenizatória, não se paga diária, não se entrega combustível, é que não se vai dar cesta de Natal aos servidores – fato inédito na história do Poder Legislativo baiano.

Quero aqui, em alto e bom som, perguntar à Mesa Diretora: qual é a real situação da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia?

No ano passado, repito, a Mesa Diretora, com a presença dos deputados da Oposição, fez uma festa, entregando, devolvendo R\$ 555 mil. Hoje, 1 ano depois, dizem que é de 100 milhões, outros falam em 120 milhões, o déficit financeiro desta Casa. E quero perguntar à Mesa Diretora qual é a verdadeira realidade, até para que nós possamos ajudar.

Não faço alguma crítica aqui nem à presidência, nem à Mesa Diretora, porque não sabemos a verdadeira situação das finanças e do orçamento do estado da Bahia.

O que existe, hoje, é que os computadores não aceitam as verbas indenizatórias. Hoje, 4 de dezembro, não se está cumprindo o dever com os parlamentares, como também com os funcionários. Jamais imaginei ver esta Casa nessa situação, vez que nunca na história do parlamento baiano faltaram recursos para cumprir o nosso dever.

Quero repetir: a Mesa Diretora tem o dever e a obrigação de convocar todos os parlamentares para discutir a real situação das finanças e do orçamento da Assembleia Legislativa.

Nós vamos votar aqui os projetos do governo independentemente de se a Casa cumpre o seu papel, as suas obrigações com os Srs. Parlamentares e com os Srs. Servidores. O que nós não podemos aceitar é essa instabilidade em que se encontra o Poder Legislativo baiano. Os deputados, quase à unanimidade, perguntam: “O que é que houve com a Assembleia Legislativa? Porque esse caos financeiro?” Mas não vi, até este momento, um deputado utilizar a tribuna para cobrar da Mesa Diretora, do Sr. Presidente, a real situação da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia.

Por que esse déficit em 1 ano, nobre deputado Targino Machado? V. Ex.^a lembra que no ano passado foi uma festa de devolução de recursos, mas neste ano, infelizmente, a Casa, no início de dezembro, não tem perspectiva de cumprir as suas obrigações orçamentárias e financeiras.

Repito, a Mesa Diretora e o Sr. Presidente desta Casa têm o dever de dizer ao Parlamento, à sociedade baiana, a verdadeira situação financeira desta Casa.

Nunca a Assembleia Legislativa deixou de cumprir com algum fornecedor, com algum funcionário, com algum deputado. O que é que está havendo? Qual a verdadeira situação, nobre deputado Luciano Simões, que está presidindo *ad hoc* esta Casa neste momento. O que nós perguntamos é o que é que houve nesta Casa? Faltou planejamento? Gastaram demais? Porque houve um aumento do orçamento do ano passado para este ano.

O Sr. Alan Sanches:- Um aparte deputado.

O Sr. MARCELO NILO: Houve um acréscimo de milhões, de 2017 para 2018. E o que é que houve com o Poder Legislativo baiano?

Ficamos tristes de ver a Casa “entregue às moscas”, sem funcionar em sua totalidade.

“Turnão”! Como se pode ter “turnão” nos meses de outubro, novembro e dezembro, se as comissões funcionam pela manhã?

O que é que está havendo com esta Casa? Nós temos o dever de dizer para a sociedade, através da imprensa, o que há com o Poder Legislativo baiano!

Com o aparte, o deputado Alan Sanches.

O Sr. Alan Sanches: É, deputado... Todo final de ano, nesta Casa, passamos por esses momentos. V. Ex.^a é sabedor disso. Eu, que já estou completando 8 anos aqui, não tenho dúvida de que iremos conseguir resolver esse problema.

No mês passado, passamos por essa turbulência, essas informações. Eu também fui pego de surpresa. Novembro já foi e, graças a Deus, tudo foi resolvido.

A minha expectativa é igual à de V. Ex.^a, que isso será resolvido. Claro que com a suplementação orçamentária do governo do estado. Mas que poderá, sim, até amanhã, na Mesa Diretora, porque a reunião é amanhã... Eu não tenho dúvida e espero, realmente tenho a esperança, que amanhã tudo seja resolvido na reunião da Mesa Diretora.

O Sr. MARCELO NILO: Com a tolerância de V. Ex.^a, Sr. Presidente.

O que eu pergunto à Mesa Diretora é qual a verdadeira situação da Assembleia Legislativa, até para que nós possamos ajudá-la.

Não temos informação alguma. O que se gastou, qual é a receita, qual é a despesa? O que nós sabemos é que, no início do mês de dezembro, não estão cumprindo as obrigações com os deputados e com os servidores.

Por que os servidores? Vai ter cesta de Natal? Seria um crime que os servidores desta Casa não recebessem a sua cesta de Natal, porque é uma tradição do Poder Legislativo baiano que não pode acabar. São mais de 40 anos que todos os servidores desta Casa recebem a cesta de Natal.

Concluo, Sr. Presidente, perguntando à Mesa Diretora qual é a verdadeira situação financeiro-orçamentária do Poder Legislativo baiano.

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões Filho): Obrigado, deputado.

(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões Filho): Concedo a palavra ao nobre Líder do Governo e da Maioria, ou o Líder do PP.

O Sr. Angelo Almeida: Sr. Presidente, está inscrito o deputado Angelo Almeida.

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões Filho): Com a palavra o deputado Angelo Almeida, pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Targino Machado: Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Angelo Almeida: Para não dizer que não falei de flores...

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões Filho): Pela ordem, deputado Targino Machado.

O Sr. Targino Machado: Sr. Presidente...

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões Filho): Cinco minutos, questão de ordem, deputado Targino Machado.

Deputado Targino, a presença. Tem que registrar a presença.

O Sr. Angelo Almeida: Sr. Presidente, eu iniciei meu pronunciamento.

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões Filho): É que ele pediu pela ordem antes.

O Sr. Angelo Almeida: Eu iniciei meu pronunciamento e tenho que concluir...

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões Filho): Deputado, inicialmente V. Ex.^a não estava presente.

Com a palavra o deputado Angelo Almeida, pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Angelo Almeida: Até porque eu iniciei falando somente isso: “Para não dizer que não falei de flores.”

O Sr. Targino Machado: Sr. Presidente, questão de ordem.

Eu estou pedindo agora, mas posso pedir a qualquer tempo. É o Regimento.

O Sr. Angelo Almeida: Interrompendo pronunciamento?

O Sr. Targino Machado: Inclusive com orador na tribuna.

O Sr. Angelo Almeida: V. Ex.^a pede ao presidente.

O Sr. Targino Machado: Inclusive com orador na tribuna. Recorra aos universitários aí.

O Sr. Rosemberg Pinto Lula: Pedir, ele pede. Mas é o presidente quem decide a hora.

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões Filho): Deixe-o discursar, porque ele já começou o discurso.

O Sr. Targino Machado:- Coloque isso, como deferência a V. Ex.^a, nos alfarrábios de V. Ex.^a, porque, na verdade, precisamos obedecer aqui ao manual de

instruções, à Bíblia desta Casa, que é o Regimento Interno. O Regimento Interno não permite ao Líder pedir, a qualquer tempo, para comunicação inadiável, por 10 minutos, quando houver orador na tribuna. Mas a questão de ordem é a qualquer tempo, senão não seria questão de ordem. E eu não vou abrir mão, Excelência. Não vou abrir mão. É regimental. Não vou abrir mão.

Quero solicitar a V. Ex.^a a questão de ordem para a continuidade da presente sessão, porque é até uma imoralidade, uma vergonha, para com o deputado Angelo Almeida, ele ocupar a tribuna sem ter sequer os seus pares da Bancada para assistirem à pérola que ele vai produzir da tribuna.

O Sr. Rosemberg Pinto Lula: Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões Filho): Deputado Rosemberg...

O Sr. Rosemberg Pinto Lula: Presidente, primeiro, eu acho que precisávamos que o Regimento...

O Sr. Targino Machado: Sr. Presidente, eu ainda estou, deputado Rosemberg, na minha questão de ordem.

O Sr. Rosemberg Pinto Lula: Eu pedi ao presidente... não tinha entendido.

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões Filho): Conclua, Targino.

O Sr. Targino Machado: Art. 225, só para sermos regimentalistas, prevê:

(Lê) *“Considera-se questão de ordem toda dúvida levantada quanto ao Regimento Interno, sua interpretação direta ou relacionada com disposição constitucional ou legal.*

Art. 226 – As questões de ordem incidirão, necessariamente, sobre fatos ocorridos no curso da sessão, devendo ser formuladas com menção expressa do dispositivo, sob pena de não conhecimento.

Art. 227 – Formulada a questão de ordem, só se admitirá a manifestação de um outro Deputado, por 5 (cinco) minutos, que pretenda falar em sentido contrário ao ponto de vista suscitante.

Parágrafo único - Não será admitida nova questão de ordem, enquanto não solucionada a antecedente.

Art. 227-A – A questão de ordem destinada à verificação de quorum para continuidade de Sessão somente poderá ser realizada respeitando-se o intervalo mínimo de 30 (trinta) minutos da última solicitação, contados do reinício da Sessão, salvo se por Acordo de Lideranças.

Parágrafo único – Uma vez levantada questão de ordem para verificação de quorum, são fixados os seguintes prazos para comparecimento dos Deputados ao Plenário:

I – até 15 (quinze) minutos quando a verificação for solicitada para continuidade da sessão;”

O que é o caso.

(Lê) *“Art. 228 – As questões de ordem serão resolvidas pelo Presidente, com recurso voluntário para o Plenário.”*

Então, eu quero fazer a questão de ordem completa, Excelência. Que V. Ex.^a possa zerar o painel, abrir o tempo de 15 minutos e convocar os Srs. Deputados para se fazerem presentes ao plenário.

O Sr. Rosemberg Pinto Lula: Sr. Presidente, pela ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões Filho): Pela ordem o deputado Rosemberg, para contraditar.

O Sr. Rosemberg Pinto Lula: Sr. Presidente, eu quero, primeiro, valer-me aqui do Art. 228. Eu acho uma indelicadeza de qualquer deputado, inclusive minha, interromper um parlamentar no púlpito, ali, falando para a sociedade baiana...

O Sr. Alan Sanches: Questão de ordem, presidente.

O Sr. Rosemberg Pinto Lula: (...) para que a gente possa fazer uma questão de ordem. Eu acho que isso... Primeiro que nesse Regimento não diz que interrompe o parlamentar para fazer a questão de ordem. É lógico que pode até interromper, mas é o presidente quem diz o momento de acatar a questão de ordem pelo art. 228.

Por isso, Sr. Presidente, eu quero dizer que é salutar, sim, ter este Plenário cheio e é por isso que eu entendo que os parlamentares devam comparecer a este Plenário e já peço, a partir de agora, para atender esse chamamento do deputado Targino Machado, que os deputados se façam presentes. É legítima a sua questão de ordem, está dentro do prazo regimental de 30 minutos. Mas eu quero ponderar com V. Ex.^a utilizando o art. 228.

Que seja atendida a questão de ordem e zerado o painel a partir do término da fala do deputado Angelo, para que a gente... Pedi inclusive aos deputados que nós fizéssemos esse pacto aqui, porque é deselegante interromper um parlamentar na sua fala para pedir a questão de ordem. Por isso, quero pedir, utilizando o art. 228, para que se atenda a questão de ordem com o prazo regimental após o término da fala do deputado Angelo Almeida.

O Sr. Targino Machado: Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões Filho): Diga, Targino.

O Sr. Targino Machado: Eu quero discordar do deputado Rosemberg Pinto quanto à elegância que ele clama, não é? Porque não é o fato. Elegante é quem está aqui ávido, neste Plenário, para ouvir o pronunciamento do deputado Angelo Almeida. Assim me comporto. Estou cumprindo aqui o meu papel regimental, não é?

O regimento não remete a V. Ex.^a o condão de decidir.

O Regimento no art. 228 diz: “As questões de ordem serão resolvidas pelo presidente com recurso voluntário para Plenário.” Se V. Ex.^a entender que há dúvida, V. Ex.^a recorre ao Plenário. Agora, a questão de ordem é para garantir o quórum para a fala, a continuidade da sessão, a fala do deputado Angelo Almeida.

O Sr. Rosemberg Pinto Lula: Sr. Presidente,...

(O Sr. Deputado Alan Castro se manifesta fora do microfone.)

O Sr. Rosemberg Pinto Lula: Não... Não aí... Não, olhe bem... Não, ele falou, eu falei e ele voltou a falar. Eu tenho direito de contraditar. Eu tenho o direito de contraditar.

O Sr. Alan Castro: Presidente...

O Sr. Targino Machado: Presidente, eu não estou nos 15 minutos.

O Sr. Rosemberg Pinto Lula: Eu não estou pedindo ao presidente... Bira, a questão de ordem. Estou dizendo que a questão de ordem é legítima, está no prazo regimental. O que eu peço é que seja garantido o término da fala do deputado Angelo e, logo após, marque os 15 minutos... Foi nesse sentido.

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões Filho): Que ele conclua...

O Sr. Targino Machado: Sr. Presidente! Sr. Presidente...

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões Filho): Tem que chegar no momento da decisão do presidente.

O Sr. Targino Machado: Sr. Presidente, eu quero dar uma demonstração ao deputado Rosemberg, que eu gosto de vê-lo mais calmo, lhano, urbano, civilizado, com esse sorriso. Eu quero retirar a minha questão de ordem, desconsiderá-la e num momento oportuno eu voltarei a pedir.

O Sr. Alan Sanches: Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões Filho): Questão de ordem ao deputado Alan Sanches.

O Sr. Alan Sanches: Só para a gente esclarecer aqui, porque eu acho que houve uma dúvida aqui nesse Regimento. Primeiro o deputado Rosemberg aqui parece que quer escrever o Regimento. A partir de uma questão de ordem, que foi feita pelo deputado Targino, vou tomar isso como exemplo... Sr. Presidente, queria só a sua atenção, V. Ex.^a que vai estar este ano todo ainda na Mesa.

A partir do momento que o deputado Targino fez a solicitação da questão de ordem... A partir do momento que o deputado Targino fez a questão de ordem, o deputado Rosemberg contraditou por 5 minutos, o presidente da sessão deve deferir ou indeferir a questão, principalmente que era uma questão de verificação de quórum.

Inclusive, para que o deputado Angelo pudesse continuar ou iniciar – na verdade, é iniciar o seu pronunciamento –, necessitaria que tivéssemos um quórum aqui de 21 para dar continuidade. Então, jamais poderíamos esperar que ele falasse, como o deputado Rosemberg solicitou e entendeu que seria dessa forma, para que continuasse, para que V. Ex.^a deferisse ou indeferisse a sessão. Então, eu acho que isso tem que ficar bem claro que uma verificação de quórum é no ato, e não 10 minutos depois, como o deputado Rosemberg está pretendendo inscrever na reformulação do Regimento que ele vai propor ano que vem.

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões Filho):- Muito bem, deputado Alan Sanches.

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões Filho): Por conta do deputado Targino ter tirado a questão de ordem, continua o discurso do deputado Angelo Almeida, pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. ANGELO ALMEIDA: Agradeço, Sr. Presidente. Estou surpreso com a boa polêmica, não é? Polêmica importante para a Casa.

Sr. Presidente, na verdade eu queria aqui saudar o dia de hoje, o dia de Santa Bárbara, e aproveitar para fazer de alguma forma um alerta aos prefeitos municipais de nossas cidades do interior, também Feira de Santana, quanto ao volume de chuva que, graças a Deus, vem caindo no interior do estado, molhando a terra, juntando água nas aguadas, dando um final de ano, eu diria, de esperança e de felicidade a esse sertão tão sofrido que compõe cerca de 2/3 do território do nosso estado.

Hoje, pela manhã, falava com o prefeito de Chorrochó, Humberto Ramos que me expressou sua felicidade ao dizer que há tanto tempo sem chover em Chorrochó que, assim que ele chegou aqui e soube da chuva, ficou com vontade de voltar a percorrer novamente os 600 quilômetros para chegar lá e ver a chuva caindo na sua terra. É disso também que estamos falando.

Ao mesmo tempo, em minha cidade, Feira de Santana, a gente sabe que, até pela sua proximidade com o Recôncavo, com a capital, as trovoadas são mais intensas e nos preocupa o que estamos acompanhando, deputada Maria del Carmen. É que resolvem tomar as providências depois que a chuva já caiu. Não há um trabalho preventivo de limpeza de canais, de macrodrenagem, de microdrenagem, e, quando vem a chuva, aí vem aquele corre-corre para poder salvar casas, salvar vida de pessoas, quando na verdade a gente, mais uma vez, por mais um ano, está acompanhando em Feira de Santana uma agonia, por conta de 20 minutos de chuva. Está chovendo 15, 20 minutos e está inundando tudo. Lá estão os famosos túneis que foram criados na cidade. Vira uma calamidade qualquer chuvinha que dá. Não sei... V. Ex.^a, deputada Maria del Carmem, como arquiteta e urbanista que é, pode até nos dar uma explicação, mas lugares da cidade, onde não havia alagamentos a partir dos tais túneis, estão alagando abundantemente e causando grandes transtornos na cidade.

Então... Falar da chuva, falar de Santa Bárbara, essa santa abençoada, padroeira de muita gente e à qual, hoje, a Bahia se manifestou no seu centro histórico. Salvador se manifestou de forma muito bonita, nós podemos acompanhar.

Dizer, Sr. Presidente, que a gente tem aqui, nesta Casa, passa a ter ao estar aqui, uma visão mais ampla de tudo o que acontece no nosso estado. Eu, particularmente, tenho me envolvido muito, deputada, mitigando pela forma que a gente pode encontrar para ajudar e contribuir com essas pessoas que vivem em regiões do estado, em territórios onde demora muito de chover, onde a seca é implacável.

Ontem, mais uma vez, nós estivemos na Secretaria de Infraestrutura. Fomos a uma audiência com lideranças de Curaçá, para visitar e ter uma reunião com o nosso querido amigo Celso Rodrigues. Nós estamos apresentando uma proposta, os estudos estão sendo encaminhados, com a participação da sociedade civil organizada, porque em um trecho que perfaz cerca de 125 quilômetros, entre o município de Abaré e de Curaçá, nós temos cerca de 2.000 pessoas à beira do Rio São Francisco. Elas agora estão, neste momento, sendo contempladas com a BA-210, uma estrada de alta qualidade, obra executada pelo governo do estado, mais uma marca muito importante do governo ali na região Norte do São Francisco. E nós temos acompanhado, deputada, e elaborado a várias mãos esse projeto para levar energia que dê capacidade de irrigação a essas pessoas. Somos daqueles que acreditam que a estrutura e

sobretudo a energia são a mola propulsora de desenvolvimento, de igualdade social, de distribuição de renda e geração de riqueza.

Por isso, estamos caminhando. Já estivemos com o então Secretário Jaques Wagner, agora com a deputada Luiza Maia exercendo o cargo de secretária de estado do Desenvolvimento Econômico, porque é uma questão de desenvolvimento econômico; estivemos com o secretário Marcos Cavalcante, de Infraestrutura; estivemos com o secretário Gerônimo Rodrigues, da SDR... Estamos fazendo todo o esforço para que esse estudo vá em frente e que a Coelba possa apresentar, o mais rápido possível... Todos os dados acabaram de ser apresentados: as outorgas, o CPF de morador por morador, habitante por habitante, trabalhador por trabalhador, pais e mães de famílias... estão sendo catalogados. Esses documentos foram, ontem, finalmente entregues à Secretaria de Infraestrutura para que sejam remetidos para a Coelba, e que esta, o mais rápido possível, nos retorne o parecer com o projeto, com o custo do projeto.

A ideia justamente é isso. Não podemos mais permitir que o estado de Pernambuco, do outro lado do São Francisco, esteja vivendo a realidade do século XXI e os nossos moradores, ribeirinhos do São Francisco, ainda estejam no século XIX. Por isso é necessária a contribuição de todos e do Estado. Estamos lutando muito. Saírei desta Casa com a certeza e a convicção de que demos muito para que esse projeto vá adiante e que a gente possa levar essas pessoas a viverem uma outra realidade a partir da energia e da possibilidade de produção de alimentos e de...

A Sr.^a Maria del Carmen Lula: Um aparte, deputado.

O Sr. ANGELO ALMEIDA: Pois não, deputada.

A Sr.^a Maria del Carmen Lula: Queria parabenizar V. Ex.^a pelo belo discurso que faz nesta tarde quando fala do dia de hoje em que se festeja, aqueles que são católicos, Santa Bárbara, mas também para aqueles que professam outras religiões também se comemora esta data.

É uma santa protetora que, aqui em Salvador, tem uma importância enorme no Centro Histórico, no Mercado de Santa Bárbara... É um dia de festa naquela região, e da alegria que a gente está vendo em vários... E temos recebido vários telefonemas de vários companheiros do interior, com a chuva chegando e, com isso, chegando a perspectiva da fartura, de uma mudança neste momento tão complexo que a gente está vivendo no Brasil. É uma esperança nova que se renova com as chuvas.

Mas queria parabenizar V. Ex.^a pela iniciativa dessa busca de uma solução para uma região com grandes possibilidades, mas com tão pouco, ainda faltando tantas condições adequadas para que o progresso e o desenvolvimento cheguem a esses locais.

É incrível que nós, em pleno século XXI, tenhamos famílias, pessoas que não tiveram acesso ainda à luz elétrica, esse bem tão indispensável hoje na nossa vida e que, infelizmente, ainda não chega em muitos outros rincões. Incrível, ser a Bahia um dos estados em que era menor a cobertura por Luz no Campo e que esse programa tão importante não tivesse...

Soubemos ontem, estando também lá na Secretaria de Infraestrutura com o Dr. Celso, que a Bahia já passa das 620 mil ligações de Luz no Campo, o que é um recorde, inclusive, para o que estava previsto, muito além do que estava previsto, que o presidente Temer já prorrogou mais uma vez esse programa. E esperamos que o próximo governo, que ameça tantos cortes em tantas áreas, tome as devidas providências para que esse programa não acabe e nós possamos chegar à universalização total da luz elétrica, chegando a todas as famílias da Bahia.

O Sr. ANGELO ALMEIDA: Para concluir, Sr. Presidente.

Eu quero agradecer o aparte de V. Ex.^a. E é isso. Nós temos... Na verdade, ali nessa área a que estou me referindo, a luz chegou, Luz para Todos, o programa do governo, do PT, de Lula, de Dilma. Lá a energia chegou, monofásica. E essa energia monofásica não roda o motor de cinco cavalos, essa energia monofásica não é suficiente para gerar renda, para gerar riqueza e para gerar alimento para o povo.

Obrigado, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões Filho): Obrigado, Deputado.

(Não foi revisto pelo orador nem pela aparteante.)

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões Filho): Agora o tempo está com a Minoria do Bloco Parlamentar PSDB/PSC, pelo tempo de 12 minutos.

O Sr. Luciano Ribeiro: Falará o deputado Hildécio Meireles, Sr. Presidente, pelo tempo de 7 minutos, e o deputado Alan Sanches, pelo tempo de 5 minutos.

Sr. Presidente, queria, antes do deputado subir à tribuna, solicitar a V. Ex.^a, pois tem muitas pessoas hoje frequentando a Assembleia e a galeria está vazia. Eu sei que há, por certo, uma dificuldade, dadas as obras que estão aí, mas se V. Ex.^a pudesse pedir ao setor de engenharia para verificar a possibilidade desse pessoal frequentar as galerias para que a nossa sessão aqui tenha a participação das pessoas, eu ficaria grato.

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões Filho): Faço isso agora, deputado Luciano Ribeiro. Falará por 7 minutos Hildécio Meireles e, por 5 minutos, o deputado Alan Sanches.

O Sr. HILDÉCIO MEIRELES: Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr.^{as} Deputadas, nós estaremos, provavelmente daqui a pouco, aprovando aqui três pedidos de urgência e me parece que um de prioridade. Essa não é mais a forma “tratorada” com que o governo da Bahia passa por esta Assembleia, não, deputada Maria del Carmen. É um verdadeiro *tsunami*! O governador tem pressa de aprovar o seu pacote de maldades. E nós temos visto e ouvido através da imprensa o governador e toda a sua equipe, os seus deputados aqui da Base do Governo, fazerem suas justificativas para esse pacote.

A gente precisa aproveitar esse pouco tempo que temos para tentar entender o que é que acontece. Eu diria, meu caro presidente, que não há crise que percore por todo o tempo, como quis o governador, meu caro deputado Pablo, justificar que o problema financeiro do governo vem de outros governos, vem de mais de 12 anos.

Não é possível que esse governo do PT, que tem na Bahia praticamente 12 anos, não tivesse conseguido corrigir algum problema de ordem financeira que tivesse o governo, durante 12 anos! Essa justificativa é muito esfarrapada ou, se fosse verdadeira, era um atestado de incompetência. Por outro lado, também não há, meu caro deputado Alan, nenhuma crise que se instale em apenas 2 meses! Ou seja, a crise se instalou na Bahia, a crise financeira se instalou no governo da Bahia, de outubro para cá, depois da eleição.

Aí está a prova que esta crise vem sendo consolidada, solidificada no governo da Bahia ao longo do tempo, e que o governo conseguiu – e aí a gente tem que reconhecer –, com competência, maquiar as suas contas, maquiar a sua contabilidade, de modo que o governador da Bahia conseguiu o título de bom gestor dentre os governadores de todos os estados do Brasil.

Mas aí continua o governador com suas desculpas, meu caro deputado Luciano. E ele diz, por exemplo, que tem 57 mil profissionais da educação aposentados e que tem apenas 30 mil profissionais da educação em atividade e que 30 mil em atividade estariam contribuindo para os 57 mil que estão inativos, como se os funcionários inativos não estivessem ainda contribuindo para a Previdência.

Olhe como é fácil chegar para a imprensa, chegar para o público e dar uma desculpa esfarrapada, uma desculpa falsa, mentirosa e fictícia, como se o funcionário que já se aposentou não continuasse contribuindo para a Previdência.

A questão, Sr. Presidente, do que já falei aqui e falei ao longo do tempo, meu caro deputado Pablo, das despesas de exercícios anteriores, os famosos DEAs, que são exatamente aqueles valores que o governo gastou sem ter arrecadado, foi um outro problema deste governo. Gastar sem ter receita, gastar mais do que arrecada, o que, aliás, a Lei de Responsabilidade Fiscal proíbe.

Ademais, meu caro deputado Fábio, a gente pode investigar as PPPs que foram feitas por este governo – eu estou fazendo aqui de uma forma muito superficial, até porque o tempo não dá. E eu quero apenas citar duas: a PPP feita com a CCR do metrô, para cuja empresa o governo da Bahia é obrigado a anualmente repassar quase R\$ 200 milhões, mais de R\$ 16,5 milhões por mês, no dia que começa o mês, no primeiro dia de cada mês. Sem ter ainda um passageiro em um trem do metrô, a empresa já tem direito a quase R\$ 17 milhões.

Da mesma forma, deputado Gika, com a Fonte Nova. Se a Fonte Nova ficar fechada o ano inteiro, se a Fonte Nova ficar fechada o ano inteiro... O governo da Bahia, em 2017, repassou para a Fonte Nova R\$ 157,5 milhões. O que está previsto pagar em 2018 é algo em torno de R\$ 170 milhões, se a Fonte Nova não abrisse um portão sequer o ano inteiro. E agora, quem vai pagar a conta é o funcionário público? Quem vai pagar a conta é a população baiana, que certamente terá os seus serviços públicos de obrigação do governo do Estado diminuídos mais ainda do que o que já estão.

Portanto, quero chamar a atenção dos Srs. Deputados da Situação, dos Srs. Deputados que apoiam o governo, da responsabilidade desta Casa em aprovar, em votar esse pacote de maldades do governo da forma açodada como estão querendo

fazer. Daqui a pouco nós vamos ter que apreciar aqui e certamente votar, porque o governo tem maioria absoluta, três pedidos de urgência e, me parece que também, duas ou três prioridades.

É assim que funciona esta Casa, é assim que tem funcionado esta Casa ao longo desse tempo, como se fosse apenas um braço de uma secretaria do Poder Executivo.

Portanto, meu caro deputado Prisco, é preciso que esta Casa assuma de uma vez a sua responsabilidade, o seu papel como Poder Legislativo, aquilo que é de sua competência, e não abrir mão para passar a ser simplesmente um estirão de uma secretaria qualquer do governo do estado.

Obrigado, presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões Filho): Deputado Alan Sanches, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ALAN SANCHES: Sr. Presidente, deputados, deputadas, demais cidadãos que nos acompanham através das redes sociais, da *TV Assembleia*. Agradecer também, deputado Hildécio, pela tolerância e benevolência em me ceder os 5 minutos, mas hoje esta Casa aqui, mais uma vez, recebe uma bomba nas costas.

O Sr. Governador tentou de todas as formas esconder os problemas do nosso estado. Parece que a gente começa a reviver o que exatamente em 2014 a então presidente Dilma Rousseff fez com o Brasil: escondeu, maquiou as contas e, um ano depois, nós estaríamos descobrindo a real situação financeira do país.

É exatamente o que acontece agora com o estado da Bahia. O governador maquiou, vendeu a fama de bom gestor, batia no peito dizendo que o governo da Bahia era um exemplo para todos os outros estados e quando chega agora, um mês após a eleição, ele traz da forma mais surpreendente esse pacote que, como o deputado Hildécio citou muito bem aqui, é um pacote de maldades, é um presente de grego dado aos servidores.

Primeiro, queria esclarecer, deputado Luciano Simões, que eu estava procurando aqui, eu já ia dizer que ele não tinha encaminhado um dos projetos que mais mexe com os servidores estaduais, que é justamente o aumento da contribuição. Há 4 anos ele não dá o aumento aos servidores, que não conseguem um aumento sequer a cada ano, e, chega agora, ele dá um aumento contrário. A perversidade é tão grande que o governador encaminha para esta Casa para que seja retirado 2% dos servidores, porque, a partir do momento em que ele vai aumentar a contribuição de 12% para 14%, ele está retirando 2% do salário que ele não dá, e não dará novamente este ano um aumento, justificando-se com a crise.

Acho que falta ao governo do estado um pouco mais de criatividade. Porque é muito fácil: na hora que estou precisando de dinheiro, o que vou fazer? Vou tomar de alguém. E de quem ele vai tomar? Vai tomar da classe trabalhadora, penalizando mais uma vez os servidores.

E esta Casa, que vai apreciar isso hoje, ela tem que ter uma responsabilidade muito grande, muito grande, deputado Alex Lima, porque não podemos compactuar com isso, da forma como está sendo, deputado Luciano Simões, da forma que ele coloca, açodada.

Nós temos aqui, hoje, para serem apreciados, três urgências de projetos que vão mexer com a sociedade, com os servidores, com a extinção de empresas, com demissões, ou seja, vai dar esse presente de grego agora em pleno Natal.

Tem ainda duas prioridades, significam sete projetos, não são projetos apenas para que a gente consiga uma adequação na administração, não. São projetos que vão mexer e machucar os servidores do estado da Bahia.

Além disso, ainda temos aqui os *royalties*, porque ele quer jogar o problema para frente. Ele quer antecipar, tomar esse dinheiro logo para ele, para que ele possa gastar e jogar o problema mais adiante. Foi o que foi feito no governo passado, é o que ele está fazendo. Eu acho que a gente tem que sentar, discutir esses projetos para que a gente possa, da melhor forma possível, atender aos servidores, aos cidadãos do estado da Bahia.

Além disso, eu peço aqui a compreensão dos colegas para que a gente não vote as urgências hoje, para que a gente possa ter tempo para esclarecer, inclusive aos deputados, esses projetos.

Eu fui buscar aqui o projeto dessa contribuição previdenciária, e não existe esse projeto! Ele embutiu – o governo do estado, através da Casa Civil – esse projeto dentro de um projeto das taxas do Detran, pois ele está aumentando diversas taxas do Detran – esta Casa não tinha conhecimento também disso –, e já está pedindo urgência para que seja votado na semana que vem. E por que ele não colocou um projeto explicativo, justamente que aumentava a contribuição previdenciária? Mas sabem por quê? Porque ele queria escamotear, queria esconder, queria tentar passar, de alguma forma, sem a percepção total de todos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões Filho): Com a palavra o Líder do PSD.

O Sr. Paulo Rangel Lula da Silva: Não tem orador, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões Filho): Não tem orador. Agora, o Podemos.

O Sr. Paulo Rangel Lula da Silva: Não tem orador, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões Filho): Não tem orador também.

Concedo a palavra ao PCdoB.

O Sr. Paulo Rangel Lula da Silva: Eu vou falar por todo o tempo, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões Filho): Falando pelo PCdoB, deputado Paulo Rangel, pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Alan Sanches: Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões Filho): Questão de ordem do deputado Alan Sanches.

O Sr. Alan Sanches: Queria solicitar a verificação de quórum para continuidade da sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões Filho): Não. Ele não pediu, não.

O Sr. Alan Sanches: Não tem tempo. Não foi pedido questão de ordem, não, deputado Paulo Rangel.

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões Filho): Defiro a questão de ordem do deputado Alan Sanches para verificação de quórum para continuidade da presente sessão. Zerem o painel.

O Sr. Paulo Rangel Lula da Silva: Zere o painel e dê 15 minutos, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões Filho): Quinze minutos.

O Sr. Paulo Rangel Lula da Silva: Sr. Presidente, questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões Filho): Questão de ordem do deputado Paulo Rangel.

O Sr. Paulo Rangel Lula da Silva: Sr. Presidente, eu queria aqui fazer um apelo para que todos os deputados da base se façam presentes, porque, até por ter passado aqui dois tempos por falta de orador, nós tivemos que o fazer. Então eu quero fazer um apelo para que todos os deputados da Base do Governo, deputados que estão no cafezinho, deputados que estão nos seus gabinetes, deputados que estão nos corredores da Casa, que se façam presentes neste recinto, que se façam presentes no plenário, pois existe uma solicitação de verificação de quórum para continuidade da presente sessão. Então, os Srs. Deputados que se encontram fora do plenário, por favor, marquem as suas presenças.

O Sr. Rosemberg Pinto Lula: Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões Filho): Deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. Rosemberg Pinto Lula: Eu queria aproveitar para convocar todos os deputados e deputadas que estão no cafezinho, nos seus gabinetes, para se fazerem presentes para que a gente possa atender à verificação de quórum do nobre deputado Alan Sanches.

É importante, uma vez que hoje nós vamos apreciar aqui alguns projetos. Na realidade, nós vamos apreciar aqui pelo menos três debates de projetos. Nós estamos, inclusive, apresentando uma medida de urgência para eles, uma vez que esses projetos são fundamentais para o equilíbrio econômico do nosso estado.

Por isso eu quero chamar aqui os deputados e deputadas para se fazerem presentes aqui, no plenário, para atender essa solicitação de quórum do nosso querido deputado Alan Sanches.

Queria pedir aqui as presenças dos deputados Aderbal Caldas; Adolfo Viana; Alan Castro; deputado que acaba de chegar aqui, esse Líder do Sisal, deputado Alex da Piatã; deputado Alex Lima, que será o nosso vice-presidente aqui por dois períodos; deputada Angela Sousa; deputado Angelo Almeida, que está aqui ao nosso

lado, deputado Angelo; deputado Angelo Coronel, presidente desta Casa; para que possam atender a essa verificação de quórum. O deputado Augusto Castro, está aí ao lado do painel...

(Vários Srs. Deputados falam ao mesmo tempo.)

(...) Algum problema com Augusto? (Risos) Deputado Bira Corôa; deputado Bobô, que estava aqui no nosso cafezinho; deputado Carlos Geilson, de Feira de Santana; deputado pastor Carlos Ubaldino; deputado David Rios; deputado Eduardo Salles; deputado Euclides Fernandes, esse grande deputado... Bobô já está aqui com a gente, torcedor e jogador do esporte Clube Bahia, que só perde aqui para o Vitória; deputado Fabrício Falcão; deputada Fabíola Mansur – deputado Bobô, é só uma verificação de quórum –; deputada Fátima Nunes; deputado Herber Santana, que chegou aqui neste instante, acaba de adentrar no recinto; deputado Zó, do Norte do nosso estado; deputado Hildécio Meireles, lá da cidade de Cairu; deputado Jânio Natal, que teve a capacidade de ser prefeito e deputado ao mesmo tempo, e cedeu generosamente para o seu irmão, que era vice-prefeito da cidade de Belmonte; deputado José de Arimateia; Joseildo Ramos, Líder do Partido dos Trabalhadores; deputado Jurandy Oliveira; Leur Lomanto Junior; deputado Luciano Ribeiro, Líder da Oposição nesta Casa; deputado Luiz Augusto, vice-presidente; deputado Marcelino Galo, que acaba de chegar ao recinto – quase que eu me confundo com Nei. Já estava aqui, de tanto vê-lo rodar aqui... deputado Nelson Leal, depois que recebeu, foi ungido pelos deputados, presidente da Casa, deve estar neste momento se dirigindo para cá; Pedro Tavares; Reinaldo Braga; Roberto Carlos; Robinho. Queria conclamar todos os deputados e deputadas para atenderem a esse chamamento do deputado Alan Sanches, que quer que o deputado Paulo Rangel faça um grande pronunciamento aqui, com a presença dos diversos deputados na Casa Legislativa.

Deputado Zé Raimundo... Com a participação do deputado Zé Raimundo e Marcelo Nilo, certamente, nós já teremos quórum para continuidade da sessão.

(Pausa)

Já há quórum, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões Filho): Com a palavra o deputado Paulo Rangel, para fazer uso da palavra, no tempo do PCdoB, por 10 minutos.

O Sr. PAULO RANGEL LULA DA SILVA: Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu subo a esta tribuna, no dia de hoje, para dizer que vamos viver um momento peculiar, inclusive no mês de dezembro, talvez adentrando o mês de janeiro, no qual vamos estar votando algumas questões que dizem respeito à vida econômica, à saúde financeira do nosso estado, que passam pela readequação de alguns espaços, talvez a extinção de algumas empresas.

Mas creio eu que essas reformas serão debatidas e devem apontar no sentido de uma grande reforma administrativa. Não fomos nós que iniciamos isso, não é uma virtude nem um defeito da Bahia, mas nós vivemos num estado clientelista.

Não é possível conviver nesse país, ou em qualquer estado, com tantos cargos de livre nomeação, deputado Zó. Eu mesmo fui autor de um projeto que foi recusado na Comissão de Constituição e Justiça, no qual, no meu entendimento, todo cargo de

terceiro escalão, nesse estado, tinha que ser ocupado por funcionários de carreira. Acredito que seja inadmissível pessoas que têm mais de 20, 30 anos de carreira, que desempenham e desempenharam grandes serviços em nosso estado, se sintam bruscamente desprezados quando pessoas, muitas vezes, sem a menor condição profissional, chegam a ocupar cargos de comando, principalmente nas autarquias, nas empresas públicas e nas S.As. do nosso estado.

Eu acho que temos que apontar para uma reforma completa, uma reforma que mude realmente o estado. Uma reforma administrativa séria, que acabe inclusive com alguns embriões de desvios, que infelizmente nós somos acostumados a conviver ainda nos tempos de hoje, no nosso estado e em todos os estados da Federação, praticamente pela falta de profissionalismo com que o estado, muitas vezes, é gerenciado.

Sou daqueles também que acreditam que devemos fazer, sim, a reforma da Previdência, mas devemos fazer uma reforma completa, uma reforma definitiva! Se não definitiva, uma reforma que tenha realmente longevidade. Para isso, entendo que é importante que se faça um debate com a sociedade civil, que se faça um debate com os sindicatos. Porque, deputado Bobô, nós também vamos ter que cortar na carne. E vou tocar aqui num ponto que a sociedade ou não sabe, ou nunca foi tocado.

Mas é inadmissível, deputado Euclides, que alguém de carreira do estado, que já ocupou algum cargo gerencial, venha a ser deputado, e ao chegar a 10 anos, essa conta de deputado, ela conte como conta para que seja incorporado ao salário, deputado Luciano, quando essa pessoa não contribuiu para que tivesse essa conquista, e ainda recebe da Albaprev. É preciso que qualquer reforma aponte também para o cenário da Assembleia Legislativa da Bahia. Tem que ser uma reforma que aponte também para o cenário da Assembleia Legislativa da Bahia. Tem que ser uma reforma completa.

Nós não podemos aqui perder tempo com arremedo de reforma. E acredito que a Oposição está disposta a discutir uma reforma também. Eu acho que esse debate tem que ser muito bem feito, muito maduro, muito profissional. Nós temos que ir direto, realmente, aos problemas.

Existem inchaços em algumas empresas do estado? Existem. Mas eu pergunto: por que tanta gente de livre nomeação? Por que não começamos por aí? Eu começaria por aí; depois, nós faríamos uma avaliação do quadro profissional do estado, como ele se encontra, para a partir daí buscar realmente a reforma ideal.

Não sei se está, não sei se vai estar. Mas, como sertanejo, eu acho que nós não podemos, de uma hora para outra, simplesmente com uma canetada, acabar com uma empresa como a Cerb sem que a gente faça um grande diagnóstico...

O Sr. Luciano Ribeiro:- Permite um aparte, deputado?

O Sr. PAULO RANGEL LULA DA SILVA: (...) do que acontece realmente numa empresa como a Cerb.

Então, estou aqui para discutir a reforma. Estou aqui para analisar a reforma, mas não estou aqui para negar a minha história, negar o meu passado e negar aquilo que eu me prontifiquei a defender na vida pública.

Com o aparte, deputado Luciano.

O Sr. Luciano Ribeiro: Serei bem breve, porque resta pouco tempo a V. Ex.^a.

Mas é só para parabenizar a lucidez do vosso pronunciamento.

Nós, da Oposição, estamos aqui querendo exatamente o que V. Ex.^a prega: as discussões e, principalmente, as resoluções da verdadeira causa da ineficiência do estado para que os sintomas acabem.

Parabéns a V. Ex.^a!

O Sr. Targino Machado: V. Ex.^a me permite um aparte?

O Sr. PAULO RANGEL LULA DA SILVA: Com o aparte, deputado Targino Machado.

O Sr. Targino Machado: Muito obrigado, deputado Paulo Rangel. Eu acabei de dizer ao deputado Sandro Régis que presto muita atenção ao que V. Ex.^a fala, porque confio no conteúdo. E quero dizer a V. Ex.^a que não é outro o nosso desejo, da Oposição, senão aquele que vai ao encontro do pensamento exposto por V. Ex.^a. Se reformas são necessárias, precisamos discuti-las à exaustão, porque depois de feitas, e feitas de forma açodada, poderemos nos arrepender no futuro. Então, por que não discutir mais um pouco, ao invés de estar trazendo tudo em regime de urgência? Parabéns ao deputado Paulo Rangel.

O Sr. PAULO RANGEL LULA DA SILVA: Então, o que eu quero pedir neste momento é, realmente, uma participação ativa do Legislativo, dizendo mais uma vez: as reformas são fundamentais, mas têm que ser bem refletidas e bem estudadas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões Filho): Muito bem, deputado Paulo Rangel.

Agora, Paulo falou da extinção da Cerb, só que a Cerb não é objeto do projeto de lei que está aqui para urgência.

(Não foi revisto pelo orador nem pelos aparteantes.)

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões Filho): Concedo a palavra ao nobre Líder da Minoria ou do DEM, PRB, pelo tempo de 13 minutos.

O Sr. Luciano Ribeiro: Falará o deputado Prisco pelo tempo de 4 minutos; e o restante do tempo, o deputado Augusto Castro.

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões Filho): Por 9 minutos, o deputado Augusto Castro; por 4 minutos, o deputado Prisco.

O Sr. SOLDADO PRISCO: Sr. Presidente, servidores que se encontram nesta Casa, aqui no salão dos ex-presidentes e parlamentares, em 2017, quando a reforma da Previdência federal se arvorava para ser votada em Brasília, e eu sempre me coloquei contrário a ela... apesar de ser deputado estadual, nunca fui favorável àquela reforma do Michel Temer, jamais serei favorável também.

Aqui, eu vi vários deputados da Base do Governo e do PT subirem aqui e dizerem “Fora Temer”, que a Bahia jamais iria aceitar a reforma da Previdência, como colocou muito bem aqui o deputado. Com uma canetada, o governador Rui Costa, que está praticando estelionato eleitoral, quer fazer a reforma da Previdência. E era contrário na campanha eleitoral. O discurso era um e, agora, mudou. Está havendo a mentira deslavada desse governo com o servidor público, colocando o servidor público como inimigo número um do estado. Direitos históricos que o servidor tem nesta Casa e nesta Bahia, esse governador, simplesmente, vem retirando. E agora, o aumento da alíquota da Previdência.

Quero ver o discurso aqui nesta Casa dos deputados que falavam “Fora Temer”. Será que agora vão subir aqui para dizer: fora, Rui; fora, reforma da Previdência? Terão coragem de subir aqui e falar na cara do servidor isso? Várias empresas estão sendo extintas. A Conder... uma luta grande de toda a categoria. Esse governo suspendeu a aquisição de imóveis e agora trabalha para a extinção da Conder. Que mentira é essa? Será que os deputados aqui subirão e votarão contra o servidor, a favor da reforma da Previdência aqui na Bahia? Em 2017, subi aqui e fiz esse discurso, desafiei os deputados, quando o projeto chegasse à Bahia. Agora o governador limpa a pauta e quer votar a urgência dos projetos.

Quero ver como os servidores públicos do estado que apoiaram esse governo, que votaram nesse governo, estão agora, com esse presente de grego que o governador está dando, cometendo claramente o estelionato eleitoral, enganando toda a Bahia. Aquela Bahia da propaganda eleitoral, nós queremos viver nela, queremos saber qual é ela. Será que os deputados que têm aqui votos, na base do servidor, vão votar contra o servidor, vão votar em favor da reforma da Previdência que tanto discutiram, vão votar essa PEC aí também? Quero ver os deputados da Base do Governo fazerem isso aqui, e quero ver o sindicato dos servidores da Bahia, as associações tomarem providências, saírem das redes sociais, saírem do comodismo, saírem do peleguismo e virem para a luta mostrar que nesta Bahia existe luta sindical, que esse governo não pode fazer o que ele está fazendo, traindo todos os servidores públicos que acreditaram, que votaram, o que não foi o meu caso. Sempre mantivemos a nossa coerência, e agora o governo faz isso. Um verdadeiro absurdo em relação ao servidor público. No final do ano, esse é o presente que ele dá. Quatro anos sem reajuste, e ainda vem com uma alíquota para diminuir o salário.

E dentro do projeto, bem escondido, está lá a diminuição do repasse do Planserv, meu amigo Alan Sanches, que é médico. Lá no projeto, bem escondido, está a diminuição do Planserv de 5% patronal para 2%. Este é o governo que está dando isso para o servidor público. Um verdadeiro absurdo! Tudo que existe nesse projeto não beneficia, em nada, o servidor público da Bahia.

Até quando os servidores públicos vão aceitar a forma como esse governo vem fazendo? Quatro anos sem reajuste! Na Polícia Militar, não paga o auxílio transporte. É a única categoria de trabalhador do Brasil que paga para trabalhar. Este governo que não paga. Não paga periculosidade, não há aumento salarial, as condições de trabalho são péssimas, em relação à estrutura de toda corporação. No interior, simplesmente, os assaltos a bancos e a violência a cada dia estão aumentando. E o

que é que esse governo faz em prol do servidor público? No mês de dezembro, no final da legislatura, ele vem com esse presente de grego, tentando apenas prejudicar o servidor público.

Quero aqui deixar um recado a todos os servidores públicos, quero fazer essa convocação para virem a esta Casa fazer uma manifestação pacífica e ordeira, mostrar força a esse governador, porque só assim esse projeto será barrado. Esta Casa aqui, infelizmente, nada mais é do que uma secretaria de governo. Todos os deputados só querem dizer amém, mesmo na reforma da Previdência, que eles foram contrários.

Obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões Filho): Concluindo o tempo, 9 minutos para o deputado Augusto Castro.

O Sr. AUGUSTO CASTRO: Sr. Presidente, deputado Luciano Simões, Bancada da Oposição, do Governo, funcionários, imprensa, apresentei uma emenda ao Projeto de Lei nº 22.985/2018, que dispõe de um projeto do Executivo para esta Casa. O governador pediu antecipação de receitas dos *royalties* para poder cobrir um déficit da previdência dos servidores públicos do estado da Bahia.

Eu gostaria de chamar a atenção desta Casa, da imprensa e de todos os presentes. Primeiro, se trata de um recurso. No ano de 2015, o estado da Bahia recebeu R\$ 243 milhões de arrecadação dos *royalties* da cota do estado. Em 2016, o governo recebeu R\$ 199 milhões, quase R\$ 200 milhões. Em 2017, o governo recebeu o mesmo valor: R\$ 190 milhões de arrecadação dos *royalties* do petróleo, de minério produzido pelo estado, a participação do estado da Bahia nesse tributo que vem da Agência Nacional de Petróleo. A Secretaria da Fazenda estadual tem todas as informações. O Sr. Governador apresenta esse projeto, aqui, ao Poder Legislativo, pedindo autorização para poder antecipar todos os recursos pertinentes à arrecadação de *royalties* no estado da Bahia.

A dificuldade está... é que o governo da Bahia, ao longo dos anos, não vem repassando a cota-parte que têm direito os 417 municípios deste estado... O deputado Zé Neto, Líder do Governo – e a Secretaria da Fazenda foi até infeliz na declaração –, disse que a emenda é inconstitucional. Inconstitucional, nesse projeto de antecipação das receitas, é exatamente o que o governo da Bahia não está fazendo. O governo está descumprindo a Constituição do Estado e não está repassando para os municípios a cota-parte a que cada município tem direito.

O estado da Bahia, ao longo dos anos, não tem feito os repasses de forma constitucional. A Bahia é o único estado da Federação que não está repassando esse montante de recurso, ao longo dos anos, para os municípios da Bahia, que têm direito a essa receita, que é uma receita que vem da produção de petróleo, deputado Rosemberg Pinto. V. Ex.^a conhece muito a matéria. O que estou questionando aqui, e pedindo atenção desta Casa, da Bancada do Governo, da Bancada da Oposição, é no sentido do governo do estado, da Secretaria Estadual da Fazenda, repassar

mensalmente o que é devido aos municípios, a cota-parte do ICMS, os 25% a que cada município tem direito.

É uma receita que não paga o funcionalismo, mas é uma receita com a qual dá para cobrir muitas despesas que os municípios diariamente têm, na sua atividade diária de estar dando assistência e manutenção nos municípios. Então, é uma preocupação que eu tenho, deputado Rosemberg Pinto, é o montante que o governador pleiteia mensalmente junto à instituição financeira desse crédito. Com as transferências da ANP, a Bahia recebeu, no último ano, em 2017, quase R\$ 200 milhões da cota do estado, e o estado não está repassando esses valores para os municípios.

O governador, inclusive, se comprometeu, na marcha que houve aqui no ano passado. Neste ano, os prefeitos da Bahia, deputado Fábio Souto, e o governo da Bahia se comprometeram. Esta Casa recebeu aqui os prefeitos e prefeitas, recebeu o mundo municipalista, e hoje há um certo desconforto no sentido de que o município não recebeu essas transferências por parte do estado da Bahia. Inclusive, existem algumas ações judiciais no Tribunal de Justiça, os municípios pleiteando o que é devido a cada ente que ali tem a sua participação.

Então é preciso que a Secretaria Estadual da Fazenda cumpra o que está na Constituição Federal, pois os estados têm direito a esses recursos da arrecadação dos *royalties*, mas hoje os municípios da Bahia não recebem a cota-parte.

Tem o relatório do Tribunal de Contas da União e houve o comprometimento por parte de S. Ex.^a, o Sr. Governador, de cumprir junto aos prefeitos, de parcelar a dívida, Líder deputado Luciano Ribeiro, para pagar aos prefeitos da Bahia. É um dinheiro que está fazendo falta a milhares de municípios, a dezenas de municípios deste estado, um estado que precisa de investimentos na área de recursos hídricos, que está aí também com atraso por parte do governo federal, no sistema de carro-pipa, na área de atenção, de defesa civil. Então, é um recurso que faz uma diferença muito grande para os municípios da Bahia.

A Casa vai votar aqui hoje, vai apreciar este projeto que o governador mandou para cá, essa mensagem, pedindo ao Poder Legislativo estadual a antecipação das receitas dos *royalties*. E aqui, no sentido dos deputados municipalistas, dos deputados que foram votados e tiveram apoio de diversos prefeitos, eu quero chamar a atenção para as dificuldades que os prefeitos estão passando, deputado Rosemberg. Que eles pudessem ter uma atenção.

A emenda apresentada por mim ao projeto de lei que está nesta Casa é no sentido de criar uma conta específica na antecipação que o estado vai ter junto aos bancos, para que nela ele deixe a cota que pertence aos municípios do estado da Bahia...

O Sr. Rosemberg Pinto Lula: Um aparte, deputado.

O Sr. AUGUSTO CASTRO: Eu concedo aparte ao nobre deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. Rosemberg Pinto Lula: Meu querido deputado, eu queria dizer o seguinte: com relação aos *royalties*, na realidade os *royalties* só podem ser investidos

na área da infraestrutura, que tem uma lei específica no Congresso Nacional. A respeito da distribuição, é motivo de debate, já há muito tempo, o repasse para os municípios, sobre o qual não versa esse projeto de lei que o governador está apresentando. Ele apresenta um projeto de lei para a antecipação, mas não para a forma de distribuição. Quanto a esta, já há um debate acumulado entre o governo do estado, a UPB e os diversos segmentos no sentido de encontrar um caminho para que se possa efetivamente buscar uma saída para a reivindicação, na minha opinião, legítima, dos municípios, para que sejam atendidas as suas demandas.

O que acontece é que há um debate muito forte ainda sobre essa distribuição: a quem cabem os *royalties*, uma vez que são os municípios que estão envolvidos no transporte de combustíveis? São municípios onde há extração de petróleo, que já recebem diretamente da ANP. Nessa questão, também há o segmento da área mineral, que também reivindica a distribuição, mas que não é matéria desse projeto de lei, que versa apenas sobre a antecipação desses valores.

O Sr. Luciano Ribeiro: V. Ex.^a me concede um aparte?

O Sr. AUGUSTO CASTRO: Deputado Rosemberg Pinto Lula, a verdade é que, no estado da Bahia, os municípios que têm bases de *city gates* e de válvulas recebem diretamente da Agência Nacional de Petróleo. V. Ex.^a conhece muito bem a matéria. Mas eu estou tratando aqui da cota que o estado recebe, deputado Luciano. O estado recebe, deputado Luciano, aproximadamente R\$ 20 milhões por mês, e o estado, a Secretaria Estadual da Fazenda, dentro da cota que o estado recebe, não está fazendo o repasse mensal para os municípios.

Passo a palavra ao nobre Líder, deputado Luciano Ribeiro.

O Sr. Luciano Ribeiro: Deputado Augusto, eu queria parabenizar V. Ex.^a pela iniciativa, mas é só apenas para fazer uma correção na fala, no aparte, do deputado Rosemberg. Ele disse que esse projeto não trata da distribuição dos *royalties*, mas trata, não é só da antecipação. Inclusive existe uma emenda da Oposição tentando adequar esse projeto a uma lei que foi aprovada aqui em 2014 porque, ao antecipar, o governador destina a totalidade dos *royalties* ao Funprev. Então, ele trata da distribuição. Era só para fazer essa correção: de que, na verdade, trata da antecipação e da distribuição.

O Sr. AUGUSTO CASTRO: Agradeço ao nobre Líder da Minoria, deputado Luciano Ribeiro.

Deputado Rosemberg, Bancada do Governo e da Oposição, é uma matéria que vai dar importância a este debate, a esta Casa, mas os municípios da Bahia têm direito a essa participação. O governo está antecipando, e está aqui a emenda no sentido de expor uma conta específica para distribuição do que foi apresentado pelo governo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões Filho): Muito bem, deputado Augusto Castro.

(Não foi revisto pelo orador nem pelos aparteantes.)

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões Filho): Com a palavra o Líder do Governo ou Líder do PT.

O Sr. Paulo Rangel Lula da Silva: Presidente, está inscrito o deputado Zé Neto.

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões Filho): Deputado Zé Neto, pelo tempo de 13 minutos.

(Sr. Deputado Zé Neto não se encontra no Plenário)

O Sr. Paulo Rangel Lula da Silva:- O deputado Zé Raimundo e o deputado Rosemberg, 7 minutos e 6 minutos.

Ah! O deputado Zé Neto chegou.

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões Filho): Zé Neto, pelo tempo de 13 minutos.

O Sr. ZÉ NETO LULA: Sr. Presidente, Sr.^{as} Deputadas, Srs. Deputados, queria aqui, neste momento, fazer uma reflexão sobre esse instante de dificuldades passadas por todos os estados brasileiros, dificuldades pelas quais passa também o estado da Bahia. É mais do que necessário que possamos ter, neste instante, a dimensão exata do que é governo, interesse de governo, disputa de governo e do que é interesse de estado. Eu digo isso porque nós temos que separar as coisas no tempo.

Alguém disse na imprensa que havia um estelionato eleitoral. Gente, esta Casa recebeu neste ano, por duas vezes, o secretário Manoel Vitorino para que ele apresentasse as finanças do estado e as contas quadrimestrais. O argumento do estelionato era o de que não se tinha dito ao estado e às pessoas, não se tinha publicizado, pelo menos, o real quadro financeiro do estado. Eu quero aqui, neste momento, dizer que não foi assim. Todas essas situações foram elencadas, inclusive foram objeto de um debate, diria, de conteúdo feito nas apresentações presididas pelo deputado Marcelo Nilo, com a presença da Oposição. Inclusive, diga-se de passagem, a Oposição foi contundente nas suas perguntas, e eu hoje tive o cuidado de pegar...

O Sr. Luciano Ribeiro: V. Ex.^a me permite um aparte?

O Sr. ZÉ NETO LULA: Vou tentar, V. Ex.^a.

De pegar vários sites e várias notícias da imprensa dando conta de que o estado da Bahia tem equilíbrio fiscal, mas as contas são contas apertadas. Inclusive, numa dessas matérias do *A Tarde* falando sobre a questão da Previdência, que é um tema recorrente entre nossas preocupações... Nós tínhamos uma Previdência, em 2006, com um aporte de R\$ 360 milhões; hoje estamos aportando R\$ 4,08 bilhões, sem esquecer que nesse período, deputado Luciano, a gente teve uma situação interessante: olha que a inflação desse período foi em torno de 1.3, arredondando; foi também nesse patamar o reajustamento do Orçamento do estado: 130%. A inflação não chegou a isso. Se a gente fizer a conta – R\$ 360 milhões vezes 1.3 –, vamos chegar a... não chega a R\$ 500 milhões. Se botar por duas vezes – 2.0, 200% –, vai a R\$ 720 milhões, mas, se botar R\$ 4,08 bilhões, vai exatamente a quase 11.3 vezes, quase 11 vezes e meia.

Essa conta é muito simples. Você tem uma conta hoje, por exemplo, da educação: 28 mil professores, deputado Targino Machado – que, inclusive, foi um dos

que fizeram a crítica –; 28 mil professores, deputado Fábio, na ativa. Sabe quantos aposentados? 57 mil. Nesses 28, a média salarial deve chegar aí... Porque começa com um valor e ao final tem um valor melhor. Para o aposentado, por exemplo, a média chega a quase R\$ 9 mil, em torno disso, mas para o que está na ativa, não, a média é de, sei lá, R\$ 6 mil, vamos chutar aqui.

Essas pessoas da ativa vão contribuir para a Previdência com 36%: 12% dele, do professor, e 24% do estado. São 36%. Faça a conta: essa arrecadação de 36% dos 28 mil professores vai pagar a conta dos 57 mil professores que estão aposentados com um valor salarial bem maior do que a média dos que estão na extensão da carreira?

Então eu quero salientar isso, deputado Luciano, porque é assim que as coisas se dão e é assim que nós vamos refletindo sobre as dificuldades que estão sendo postas. Fizemos aqui, no começo do governo Rui, no fim do governo Wagner, uma reforma administrativa. Naquela reforma, deputado Angelo Almeida, nós fizemos o quê? Uma reforma fiscal também, houve uma modificação no âmbito fiscal, o estado todo pagou uma conta também. Só que agora o governo decidiu fazer uma reforma administrativa. Não pensem que foi fácil. É porque não tinha saída, não tem saída.

Hoje a gente tem também um processo em que, se a gente perder a mão na parte fiscal, a gente pode perder recurso, porque há uma competitividade com os outros estados. A gente pode, inclusive, fazer com que a nossa arrecadação caia. Alguém disse a mim hoje o seguinte, alguém de um sindicato... disse: “Olha, quebre os incentivos fiscais”. Deputado Hildécio, que trabalhou nessa área, é quem bem sabe que, se hoje a gente quebrar o incentivo fiscal de uma grande empresa, no outro dia ela está indo embora. Não é assim! Inclusive a Bahia, dentro dos estados do Nordeste, acho que é o quinto em incentivos fiscais. Ainda tem Ceará e Pernambuco, que estão lá na frente, fazendo mais incentivos do que nós.

O Sr. Luciano Ribeiro: Aguardando o aparte de V. Ex.^a.

O Sr. ZÉ NETO LULA: Vou dar a V. Ex.^a.

Então a gente tem que ter esse cuidado, essa determinação e essa compreensão, porque uma coisa é a disputa política, nós a estamos fazendo e vamos fazê-la, e tenho o maior respeito por V. Ex.^{as} que fazem a disputa política, são adversários da política, mas homens que eu respeito, homens de bem por quem eu tenho todo o respeito aqui... Tenho amigos, inclusive, V. Ex.^{as} sabem disso, sou amigo de alguns de vocês, amigo pessoal mesmo, os outros... têm alguns com quem eu tenho convívio...

O Sr. Hildécio Meireles: Um aparte, deputado.

O Sr. ZÉ NETO LULA:- (...) mas eu quero dizer que nessa relação de disputa é preciso que a gente estabeleça o que é política de disputa de governo e o que é política de disputa do que o estado vai necessitar neste momento, para nós enfrentarmos essa difícil crise que estamos enfrentando.

Vou conceder os apartes a V. Ex.^{as} porque o tempo está passando...

O Sr. Luciano Ribeiro: Serei breve.

O Sr. ZÉ NETO LULA: - Há dois apartes, um para V. Ex.^a, deputado Luciano, e outro para Hildécio.

O Sr. Luciano Ribeiro: Serei breve. Sobre as considerações pessoais, V. Ex.^a sabe que são recíprocas, eu gosto muito de V. Ex.^a, porém, deputado, o que não dá aqui para aceitar – porque não teve nas discussões desta Casa nem na campanha, e nós estamos a dizer que houve estelionato eleitoral – é que em nenhum momento foi dito que os servidores públicos não poderiam ter reajuste salarial durante 4 anos, como aqui está. Em nenhum momento foi dito que o servidor público iria ter que tirar 16% do seu salário para contribuir, porque o aumento da alíquota de 12% para 14% corresponde a um aumento de 16%. Em nenhum momento foi dito que o Planserv iria ter menor aporte do governo do estado, quebrando o plano. Em nenhum momento foi dito, deputado, que neste momento o estado da Bahia teria que aumentar tributos como tem ali: um elenco de tributos que aumentaram e que criaram novos tributos. Em nenhum momento foi dito que o governador disse que iria extinguir 2.000 cargos, mas hoje ele reenviou o projeto para cá e, na verdade, está diminuindo apenas 213 cargos, e são cargos de valores pequenos.

O que nós queremos, o que nós estamos pedindo, é que este debate... é que seja mostrado à sociedade que não há outra solução possível a não ser essa. Esse debate deveria ter composto o projeto quando da eleição, e não foi.

Muito obrigado pelo aparte.

O Sr. ZÉ NETO LULA: Deputado Hildécio.

O Sr. Hildécio Meireles: Deputado Zé Neto, é importante ficar muito claro que a Bancada da Oposição, à exceção do projeto de lei que reajusta a participação, a contribuição do funcionário público para a Previdência... Eu acho que esse é inconcebível, e parece que o deputado Rosemberg Pinto Lula, se não me engano, até falou que esse assunto, este tema, merecia ser debatido com mais tempo para se encontrar uma solução definitiva, e não dessa forma. Portanto, este está fora. Tirando esse projeto de lei, os outros... não... não somos contra, vamos dizer assim, um ajuste das contas públicas. O que a gente questiona aqui principalmente é a falta de debate desses temas de fundamental importância para a sociedade baiana como um todo. Além do mais, o que a gente questiona é que essa situação, essa crise financeira do estado, não aconteceu nesses últimos 2 meses, ela aconteceu pelo menos nos últimos 2 anos. Tivemos bastante tempo para debater esses temas, e não os trazer para aqui para serem votados dessa forma açodada.

Muito obrigado pelo seu aparte.

O Sr. ZÉ NETO LULA: V. Ex.^{as}, recebo suas falas sempre com respeito porque tenho para mim, e é verdade, que V. Ex.^{as} são dois dos deputados mais preparados desta Casa. Claro, também faço o abatimento de que V. Ex.^{as} estão na Oposição, mas, dos deputados, foram principalmente V. Ex.^{as} os que mais participaram dos debates na apresentação de contas aqui presidida pelo deputado Marcelo. Tem entrevista de V. Ex.^a e do deputado Luciano, inclusive, na *TV ALBA*.

Eu preparei e peguei todo este material porque fiquei... olha, eu tenho muito cuidado com isso, não tem nada escondido nem precisava esconder.

Claro que a nossa expectativa era que o Haddad ganhasse, nossa expectativa era que o Nordeste tivesse mais atenção; nossa expectativa, inclusive, era que esse último quadrimestre fosse melhor, mas nada disso aconteceu. Nós estamos falando dos dois primeiros quadrimestres, que já apontavam para uma situação difícil. A gente só vai ter noção do que está acontecendo em novembro, dezembro. Nós estamos em novembro e chegamos em novembro com uma situação difícil para o estado. Agora, irresponsabilidade seria, estelionato seria, se déssemos as costas e disséssemos: “Vamos deixar rolar e vamos ver no que é que vai dar lá na frente”. Isso o governador Rui não faz, porque nenhum de nós aqui faz isso com as nossas famílias, em nossa casa e em nossos negócios. O governador Rui está olhando para este estado com seriedade, com serenidade, com responsabilidade e com a compreensão de que é um momento difícil, em que temos que tomar um chá amargo para não precisarmos de uma quimioterapia.

Deputado Luciano falou do Planserv. É o melhor plano público do país, só temos cinco hoje. São Paulo tem um milhão e 100 vidas, gasta R\$ 400 milhões; nós temos aqui 500 mil vidas, e o investimento é de 1 bilhão e 500 milhões de reais. Lembrem que, na Bahia toda, 15 milhões de habitantes, a saúde custa R\$ 5 bilhões e pouco, R\$ 5 bilhões e fração. Para o Planserv, é um R\$ 1 bilhão e meio. Nós não estamos dizendo que está ruim, não; nós estamos dizendo que tem que ter uma conta para fechar direitinho.

No ano passado, entre os meses de junho e agosto, o Planserv cresceu 28% de seu custo. Não tem justificativa! Tem médicos na bancada, sabem o que estou dizendo, o deputado Targino é médico, tem outros também. Olha! Isso tem que... não... A coisa pública não é qualquer coisa. O que é que o governador fez? Está fazendo o quê? Uma gestão mais severa e buscando saídas: auditorias, tentando buscar caminhos que deem mais, diria, condição e eficiência ao plano, com um custo mais adequado para que continue como é hoje, o melhor do país.

Então eu chamo V. Ex^{as} a atenção nesse sentido. Há uma disputa política? Há. Normal. Mas vamos pensar no estado porque essa situação que estamos vivendo hoje é uma situação do estado, é uma situação de olhar para o destino desse povo baiano e dizer: “Olha, nós não vamos entrar no que entraram alguns estados, inclusive estados ricos, como o Rio de Janeiro, como Minas Gerais, como Rio Grande do Sul e como outros.”

Então é isso, e que Deus nos proteja para que a gente possa ter uma boa disputa, e que dessa demanda a gente consiga sair com um estado mais eficiente, podendo atender melhor o seu povo.

(Não foi revisto pelo orador nem pelos aparteantes.)

Sr. Targino Machado: Sr. Presidente?

O Sr. Soldado Prisco: Sr. Presidente?

ORDEM DO DIA

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel): Ordem do Dia.

Questão de ordem, deputado Targino Machado.

O Sr. Targino Machado: Verificação de quórum para continuidade da presente sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel): V. Ex.^a será atendido, deputado.

Atenção, Srs. Deputados e Deputadas, há um pedido de verificação de quórum...

O Sr. Rosemberg Pinto Lula: Pela ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel): (...) do deputado Targino Machado para continuidade da presente sessão. Os Srs. Deputados que se encontram nos recintos desta Casa, por favor, compareçam ao Plenário.

O Sr. Rosemberg Pinto Lula: Pela ordem.

O Sr. Targino Machado: Sr. Presidente!

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel): Questão de ordem do deputado Prisco.

O Sr. Targino Machado: Sr. Presidente, V. Ex.^a agora...

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel): Questão de ordem do deputado Rosemberg.

O Sr. Targino Machado: Sr. Presidente, V. Ex.^a está fazendo questão...

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel): Não, está contando o tempo, deputado.

O Sr. Targino Machado: Porque eu não pedi, eu não pedi chamada nominal nem que zerasse o painel. V. Ex.^a fez a questão de ordem contra...

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel): Ampliei, ampliei...

O Sr. Targino Machado: Não, V. Ex.^a contraditou a minha questão de ordem. Isso pode, Excelência? Está onde no Regimento?

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel): V. Ex.^a deseja o quê, deputado?

O Sr. Targino Machado: Não... eu solicitei de V. Ex.^a uma verificação de quórum para a continuidade da sessão. Seca e crua! Eu não pedi a V. Ex.^a para zerar painel, a Bancada do Governo não pediu, V. Ex.^a deveria ter concedido uma questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel): Questão de ordem do deputado Rosemberg.

O Sr. Rosemberg Pinto Lula: É... Queria aproveitar o momento para conclamar todos os deputados e deputadas a se fazerem presentes aqui na Casa, aqui no Plenário. Na Casa eu sei que estão 57 deputados, mas que eles se fizessem presentes aqui no Plenário para atender à questão de ordem do deputado Targino Machado. É... é natural que, quando eu digo isso, eu quero usar o Regimento, solicitando, inclusive, a marcação de 15 minutos.

Queria aproveitar, Sr. Presidente, para tirar aqui um mal-entendido. A deputada Maria del Carmen, corretamente, me cobrou sobre a questão da Conder, ela me falou que recebeu um telefonema dizendo que eu disse que só tinha idoso na Conder. Muito pelo contrário, eu li apenas o relatório do sindicato, que demonstrava as pessoas que estavam lá: 70% delas, segundo o relatório, aposentadas. É... então eu quero registrar publicamente aqui que em momento nenhum eu fiz alguma desconsideração aos trabalhadores da Conder, muito pelo contrário, disse que se tratava de técnicos valorosos que cumpriram um papel significativo para a Conder, porém que ela hoje é muito mais um instrumento de convênios com as prefeituras do que um órgão de execução de obras.

Então eu quero aqui deixar registrado que se alguém entendeu isso, não fui eu que falei, eu li apenas o relatório do sindicato, em que consta a faixa de idade de cada servidor. Se alguém disse da idade dos servidores, foi o relatório do sindicato, que foi distribuído para todos os trabalhadores.

Mas eu quero, mais uma vez, usando os meus 5 minutos, solicitar de todos os deputados e deputadas que se façam presentes para atender à questão de ordem do deputado Targino Machado para que a gente possa dar continuidade a essa sessão e votar algumas urgências necessárias para que a gente possa aprofundar e debater os projetos desta Casa oriundos do Executivo, para que na próxima semana, quem sabe, com mais debate, porque nós vamos debater... Quero propor aqui aos companheiros da Oposição que, de hoje até amanhã, até quinta-feira possamos montar um grupo de trabalho para debater, detalhe por detalhe, cada projeto, para que a gente possa chegar aqui com todas as dúvidas tiradas no dia da votação do projeto, uma vez que hoje nós vamos votar apenas as urgências.

Então, Sr. Presidente, por gentileza, pode marcar o tempo regimental de 15 minutos e pedir para chamar nominalmente os nossos deputados para se fazerem presentes aqui, atendendo à verificação de quórum do deputado Targino Machado.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel): Atenção, Srs. Deputados, verificação de quórum solicitado pelo deputado Targino, referendado pelo deputado Rosemberg Pinto.

Está zerado o painel, contando o tempo regulamentar.

(Procede-se à verificação de quórum para a continuidade da sessão.)

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel): Há 21 Srs. Deputados, quórum para prosseguimento da presente sessão. “*Requerimento 9.201/2018*”

Ex.^{mo} Sr. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia.

Requeiro, na forma do art. 174, Inciso II do Regimento Interno, URGÊNCIA para a tramitação do Projeto de Lei 22.975/2018, de autoria do Poder Executivo, que modifica a estrutura organizacional da Administração Pública do Estado da Bahia, e dá outras providências.

Sala das sessões, 4 de dezembro de 2018.”

Os Srs. Deputados que aprovam o presente requerimento permaneçam como se encontram.

O Sr. Luciano Ribeiro: Sr. Presidente, estou pedindo pela ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel): Pela ordem, deputado Luciano.

O Sr. Luciano Ribeiro: Sr. Presidente, me conceda o prazo regulamentar para encaminhar a matéria.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel): Concedo a palavra, pelo tempo de 5 minutos, ao Líder Luciano Ribeiro.

(Alguns Srs. Deputados falam fora do microfone.)

O Sr. LUCIANO RIBEIRO: Sr. Presidente, é lamentável que um projeto com essa envergadura, com essa importância, um projeto que visa, de alguma forma... Sr. Presidente, quero apenas um esclarecimento de V. Ex.^a para encaminhar o meu voto.

(Alguns Srs. Deputados falam fora do microfone.)

Carlos, pegue esse projeto, por favor.

Sr. Presidente, eu quero apenas um esclarecimento para que eu possa encaminhar o meu voto.

(Alguns Srs. Deputados falam fora do microfone.)

Sr. Presidente, há uma confusão nos projetos, me perdoe. O governo encaminhou para esta Casa, na sexta-feira, de forma açodada, como ele está querendo fazer tudo aqui, um projeto idêntico a esse, um projeto que foi para a imprensa – o governador, na sua entrevista coletiva, disse que estaria extinguindo 2 mil cargos. Isso foi na sexta-feira. Hoje, ele encaminhou outro projeto, que é esse que V. Ex.^a quer votar a urgência. É por isso que eu digo que as urgências não podem ser tão apressadas assim, excelência, o projeto não pode ser apressado. Veja que o próprio governo errou: mandou um projeto sexta-feira; hoje, já reenviou modificando. Porque, daquele projeto, ele, inadvertidamente, sabe-se lá, por que, extinguia 1.700 cargos e extinguia mais 1.600. Nesse projeto que V. Ex.^a agora quer votar o requerimento de urgência, ele extingue 1.834 cargos e recria 1.621 cargos.

Eu quero que V. Ex.^a me explique, para que eu possa depois encaminhar meu voto, depois de que eu fizer esta questão de ordem, é que se o governo retirou porque não foi lido nesta sessão hoje, não foi publicado no *Diário Oficial*, não podia estar aqui ou então deveria estar sendo votado ele com essa incorreção.

Daí que V. Ex.^a não pode colocar na urgência esse projeto que é idêntico ao outro, com as dificuldades que tem...

Parlamentar não identificado: Não leu, não.

Ele nem foi lido em Plenário, é um projeto...

(Vários Srs. Deputados falam ao mesmo tempo.)

Se retirou... Sr. Presidente, se V. Ex.^a me der atenção, eu ficarei muito grato...

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel): Meu Líder, o requerimento que o governador mandou está, aqui, retirando o primeiro projeto de pauta, por isso que foi enviado um novo projeto. Aqui está o documento protocolado, deputado.

O Sr. LUCIANO RIBEIRO: Apenas o que quero, presidente... Estou tendo conhecimento agora de que foi retirado. Por quê? Porque não foi publicado o

requerimento para retirar o projeto e nem foi lido nesta sessão o requerimento para retirar o projeto. Eu posso ler aqui, então, para ser oficializado.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel): Pode, deputado, à vontade.

(Alguns Srs. Deputados falam fora do microfone.)

Tem mais dois também, deputado, retirando de pauta. V. Ex.^a pode ler até os três se quiser, seria até um favor para a Presidência...

(Alguns Srs. Deputados falam fora do microfone.)

O Sr. LUCIANO RIBEIRO: Este aqui ele retira das reformas... Sr. Presidente, é preciso que a gente ordene isso. Como não foi lido o requerimento de retirada dos projetos que estavam sobrestando a pauta, a pauta está sobrestada, Sr. Presidente. Não foi lido, não há o conhecimento oficial desta Casa. Concorde comigo? Hein? Eu estou perguntando. Estou fazendo uma questão de ordem por enquanto.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel): A Presidência recebeu, foi despachado. Então a Casa...

O Sr. LUCIANO RIBEIRO: Não foi lido, não foi dado conhecimento a esta Casa de que os projetos que estão sobrestando...

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel): V. Ex.^a acabou de ler, agora, deputado...

O Sr. LUCIANO RIBEIRO: Mas entramos em processo de votação sem que eles fossem lidos, dado conhecimento à Casa. Eu entendo que, começada a votação, ele não pode ser retirado mais: ele está sobrestando a pauta, porque a votação começou, entrou na Ordem do Dia.

Eu peço a V. Ex.^a, já que V. Ex.^a disse que é técnico...

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel): Deputado, não estamos votando o projeto, não, estamos votando o requerimento. Se o projeto tivesse iniciado a votação, não poderia retirar. Mas é o inverso, deputado.

O Sr. LUCIANO RIBEIRO: Mas, como o projeto está sobrestando a pauta, nenhum ato outro pode ser feito.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel): Nós estamos votando o requerimento, não o projeto, deputado.

O Sr. LUCIANO RIBEIRO: Não é o requerimento desse projeto, mas os que estão sobrestando a pauta, eles não foram retirados. Então, é preciso que eles sejam apreciados, anteriormente a qualquer outro. Acho que Carlinhos vai dizer a verdade. Ele não foi lido, ele foi dado conhecimento a Casa. E, se ele começou o processo de votação agora, nós estamos na sessão de votação...

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel): Mas não dos dois projetos, deputado, dos dois projetos que vão ser retirados de pauta não começou a votação ainda...

O Sr. LUCIANO RIBEIRO: Não é deles, não. Mas eles precisam... Na hora que começar a votação, se eles sobrestam a pauta, obrigatoriamente a votação só pode começar com eles. Então, se estamos no período, no processo de votação, obviamente já começou a votação, e ele não pode ser retirado mais.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel): Deputado, não foi iniciada a votação de nenhum dos dois projetos.

O Sr. LUCIANO RIBEIRO: Podem até decidir diferente, porque vocês têm maioria. Mas essa é a realidade.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel): Dos dois projetos, não foi iniciada a votação.

O Sr. Rosemberg Pinto Lula: O que foi colocado em apreciação foi o requerimento, e não outro projeto.

O Sr. LUCIANO RIBEIRO: Mas não pode, deputado Rosemberg.

O Sr. Rosemberg Pinto Lula: O que sobresta a pauta é para votação de outro projeto, o que está se votando é requerimento.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel): O projeto, não o requerimento.

O Sr. LUCIANO RIBEIRO: Nem o requerimento de urgência pode ser votado. Nada pode ser votado, senão não é sobrestamento. A palavra já diz, o termo já diz. Se V. Ex.^{as} querem atropelar (...)

O Sr. Rosemberg Pinto Lula: O projeto foi retirado (...)

(Algun deputado fala fora do microfone.)

O Sr. LUCIANO RIBEIRO: Apresentou, mas não foi lido, não foi dado conhecimento...

O Sr. Rosemberg Pinto Lula: O projeto foi retirado às 13h30min.

O Sr. LUCIANO RIBEIRO: Os atos aqui são públicos...

O Sr. Rosemberg Pinto Lula: Não existe mais o projeto. O projeto foi retirado.

O Sr. LUCIANO RIBEIRO: Ele não foi retirado.

O Sr. Rosemberg Pinto Lula: Foi, foi dada entrada.

O Sr. LUCIANO RIBEIRO: Não.

O Sr. Rosemberg Pinto Lula: Quem faz isso é a Secretaria.

O Sr. LUCIANO RIBEIRO: Deputado Rosemberg, me perdoe, os atos, aqui, precisam ser públicos, precisa ser dado conhecimento de causa. Aquilo que está lá protocolado... Aqui tem duas formas de comunicação: pelo *Diário* e no Plenário. Nenhuma dessas duas hipóteses ocorreu. Então não foi retirado oficialmente. Ingressou, mas não foi retirado. Se não foi retirado, obrigatoriamente...

O Sr. Rosemberg Pinto Lula: Ele não foi lido. Retirado foi.

O Sr. LUCIANO RIBEIRO: (...) obrigatoriamente não pode haver nenhum outro ato que não seja através do sobrestamento. A palavra sobrestamento significa que nada pode acontecer antes que se resolva o projeto em sobrestamento. Essa é a verdade.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel): Deputado, então me devolva, por favor, os requerimentos do governador para eu ler.

O Sr. LUCIANO RIBEIRO: Não. Já começou...

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel): Foi protocolado pela manhã.

O Sr. LUCIANO RIBEIRO: Já começou a votação, não pode ser retirado mais.

(Vários Srs. Deputados falam ao mesmo tempo.)

O Sr. Rosemberg Pinto Lula: Foi retirado às 1h30min da tarde, foi dada entrada...

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel): Foi dada entrada, protocolado pela manhã, deputado.

O Sr. Zé Neto Lula: Pela ordem.

O Sr. LUCIANO RIBEIRO: Mas não foi comunicado à Casa nem aos deputados.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel): Quantas vezes o projeto é retirado até antes da votação, deputado.

O Sr. LUCIANO RIBEIRO: Como é que eu poderia saber que foi retirado se não foi comunicado?

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel): Deputado, V. Ex.^a é sabedor: quantas e quantas vezes projetos que iam entrar na Ordem do Dia eram retirados com 10, 15 minutos de antecedência. Isso não é novidade nenhuma, não, deputado!

O Sr. LUCIANO RIBEIRO: Antecedência! Nós estamos falando da votação.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel): É da votação mesmo.

O Sr. LUCIANO RIBEIRO: Já começou o processo de votação, ele não pode ser retirado.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel): Nós estamos votando o requerimento de urgência.

O Sr. LUCIANO RIBEIRO: Ele não pode ser retirado.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel): Claro que pode, deputado. Já foi retirado desde a manhã.

O Sr. LUCIANO RIBEIRO: Não pode. Não foi retirado.

O Sr. Zé Neto Lula: Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel): Pela ordem o deputado Zé Neto.

O Sr. Zé Neto Lula: Sr. Presidente, o que eu queria dizer é seguinte: primeiro que eu dei entrada pela manhã. Ainda V. Ex.^{as} legitimaram que o máximo que pode acontecer, V. Ex.^a, que está lá na mesa, que nem sei mais se pode porque V. Ex.^a já pediu... V. Ex.^a tanto admitiu, que pediu para fazer a contestação à votação.

O Sr. LUCIANO RIBEIRO: V. Ex.^a não ouviu minhas palavras. V. Ex.^a gagueja tanto, que não ouviu minhas palavras.

O Sr. Zé Neto Lula: Agora, eu quero dizer a V. Ex.^a que isso seria uma preliminar. Não foi preliminar. O máximo que pode acontecer é ficar prejudicada essa solicitação, a leitura ocorrer e a gente apresentar novamente o requerimento e tocar em frente, o máximo. Eu não vejo nenhum prejuízo, já que eu dei entrada pela manhã, está lá o de acordo, V. Ex.^a pode ver, desde o começo da tarde, eu já tinha montado... Está aí o horário, pode olhar lá no protocolo o horário em que eu dei

entrada. Então, de nossa parte não tem absolutamente nenhuma situação que possa criar nenhum problema.

O Sr. Rosemberg Pinto Lula: O projeto pode ser retirado a qualquer momento.

O Sr. LUCIANO RIBEIRO: Deputado, a questão não é ter dado entrada, Zé Neto. Aquilo que dá entrada e que fica guardado não tem validade, não tem validade para com a outra pessoa.

O Sr. Rosemberg Pinto Lula: Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. LUCIANO RIBEIRO: A validade que tem é com relação a quem deu entrada e quem recebeu. Eu preciso ter conhecimento para que o ato seja válido. Isso é óbvio. Tendo começado a votação, não há possibilidade mais de retirada do projeto.

O Sr. Rosemberg Pinto Lula: Então, vamos continuar votando.

O Sr. LUCIANO RIBEIRO: Vão continuar votando o projeto que está sobrestando.

O Sr. Rosemberg Pinto Lula: Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel): Deputado Luciano, inclusive o secretário-geral da Mesa e o deputado Luciano Simões, que estava presidindo antes da minha chegada... O secretário acaba de me informar que fez questão de comunicar a V. Ex.^a e ao deputado Luciano, que estava presidindo a sessão, das duas retiradas dos projetos. Então, deputado...

O Sr. LUCIANO RIBEIRO: Presidente, pela ordem.

As comunicações, eu volto a repetir, precisam ser oficiais. A conversa que o presidente me disse foi uma conversa informal. Ele disse: “O governo retirou os dois projetos”. Eu estou aguardando que ele comunique. Eu não posso, e nós não podemos, aqui, fazer as nossas ações para ter a garantia de que a Minoria, que nós somos a Minoria, terá por informações extraoficiais auriculares. É preciso que o ato fosse lido pelo presidente ou então publicado no *Diário Oficial*. Essa que é a verdade. Não há outra saída.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel): Deputado, V. Ex.^a sabe que, quando se retira projeto aqui, se retira instantes antes de se iniciar a votação.

O Sr. Rosemberg Pinto Lula: Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. LUCIANO RIBEIRO: Começada a votação, não pode, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel): Pela ordem o deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. LUCIANO RIBEIRO: Começada a votação, não se pode retirar.

O Sr. Rosemberg Pinto Lula: Sr. Presidente, por gentileza, eu estou fazendo a questão de ordem. A minha questão de ordem é a seguinte: o Regimento é claro quando diz que o projeto pode ser retirado a qualquer momento. Segundo: o que o deputado Luciano fez foi, no momento em que se apresentou a votação de um projeto, ele diz que não pode votar o projeto porque está sobrestando a pauta dos projetos tais e tais. Nesse momento, cabe à Mesa esclarecer se o projeto foi solicitado a sua retirada ou não. Ainda assim, se não foi retirado, de ofício, com o documento do

Executivo, autor do projeto, ele pode ser retirado no momento. E, qualquer dúvida em relação a isso, o presidente é o árbitro ou caso contrário se coloca em plenário.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel): Deputado Rosemberg, eu solicitei à Mesa que pegasse no Protocolo o horário em que foram protocolados os ofícios. Se por um acaso os ofícios não foram protocolados, eu vou suspender a sessão. Se foram protocolados antes de se iniciar a Ordem do Dia, para mim tem validade a presente sessão.

O Sr. LUCIANO RIBEIRO: Sr. Presidente, estou aguardando.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel): Um momentinho, deputado. Ofício n.º 2.009/2018

“Ofício n.º 42

Sr. Presidente,

Cumprimento Vossa Excelência e, com fundamento no art. 120 do Regimento Interno dessa Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, disposto na Resolução n.º 1.193, de 17 de janeiro de 1985, solicito que seja retirado o Projeto de Lei n.º 22.972/2018, que “modifica” a estrutura organizacional da administração pública do Poder Executivo do Estado da Bahia”. Assina o governador Rui Costa. Foi protocolado hoje, 04 de dezembro, 13h42min, sob o número 001736-1/1.

Ofício n.º 46...

Sr. Targino Machado: Sr. Presidente, pela ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel): Um minutinho, deputado. Deixe eu acabar a sequência do segundo horário...

O Sr. Targino Machado: É cabível aí, excelência, a ordem.

Eu quero ir em socorro, data vênia, eu quero ir em socorro de V. Ex.^a, já que foi solicitado o art. 120 do Regimento, e ele diz, no seu caput, o seguinte: *“Até o anúncio da votação, poderá ser requerida a retirada de proposição”*. Mas, todos os atos, nesta Casa, têm que ter plena divulgação. V. Ex.^a é do tempo do avulso, onde aqui os gabinetes dos deputados recebiam o avulso, que era a informação física.

A praxe acabou com o avulso, mas teria que ter sido lida no plenário, e não depois de iniciada a votação. Eu acho que ficaria muito melhor V. Ex.^a fazer a “minha culpa, minha máxima culpa”, juntamente à Liderança do Governo, que deveria ter solicitado de V. Ex.^a ou de quem tivesse presidindo a sessão que lesse o requerimento de S. Ex.^a o Governador. Agora, depois de iniciada a votação, onde a bancada de Oposição está aqui a postos para fazer a obstrução, que é pedir vista do parecer na comissão, V. Ex.^a mudar o jogo... Infelizmente, o ordenamento jurídico, a compreensão desta Casa ampara o questionamento do nobre Líder Luciano Ribeiro. E eu quero solicitar de V. Ex.^a que, entre todos nós aqui, é aquele que tem a responsabilidade maior de zelar pelo Regimento da Casa... V. Ex.^a não estava aqui e deveria ter sido avisado de que, antes de anunciar o início da votação, deveria ter dado ciência à Casa. Eu não sabia que tinha sido retirado, não houve publicidade nenhuma. E precisava ter havido. Não houve.

Já que não houve, Excelência, a pauta continua trancada e vamos marcar outra sessão.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel): Deputado, há ainda o Ofício nº 2007/2018.

“Ofício n.º 43

Senhor Presidente,

Cumprimentando Vossa Excelência e com fundamento no inciso I do art. 120 do Regimento Interno dessa Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, disposto na Resolução n.º 1.193, de 17 de janeiro de 1985, solicito que seja retirado o Projeto de Lei n.º 22.940/2018, que “cria o Fundo de Atualização Tecnológica e Desenvolvimento Fazendário – FATEC, e dá outras providências”. Também protocolado em 4 de dezembro, às 13h32min, sob número 001729-1/1.

O último requerimento protocolado no dia de hoje: Ofício n.º 2.008/2018, do Sr. Governador.

“Ofício n.º 44

Senhor Presidente,

Cumprimentando Vossa Excelência e com fundamento no inciso I do art. 120 do Regimento Interno dessa Assembleia Legislativa, disposto na Resolução 1.193, de 17 de janeiro de 1985, solicito que seja retirado o Projeto de Lei 22.939/2018, que dispõe sobre a concessão de crédito presumido no Imposto sobre Operações Relativas a Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de comunicação - ICMS nas operações realizadas pelos estabelecimentos que exerçam a atividade econômica de fabricação de produtos do refino de petróleo, bem como sobre redução de juros e multas e remissão parcial do imposto, na forma que especifica, e dá outras providências.” Também protocolado hoje, dia 04/12, às 13h33min, sob o número 001730-1/1.

Eu comunico a V. Ex.^{as} que os três requerimentos foram protocolados bem antes da sessão.

O Sr. LUCIANO RIBEIRO: Qual o ato que publicou esses requerimentos, Sr. Presidente?

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel): Como?

O Sr. LUCIANO RIBEIRO: Eu queria saber se V. Ex.^a leu o momento de protocolado na Secretaria?

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel): Na Secretaria, deputado.

O Sr. LUCIANO RIBEIRO: Isso. Eu gostaria de saber de V. Ex.^a agora...

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel): E só vai para o *Diário Oficial* na noite de hoje.

O Sr. LUCIANO RIBEIRO: Eu gostaria de saber de V. Ex.^a agora. São duas formas de comunicação. Há um princípio constitucional, o da publicidade. Quero saber de V. Ex.^a. V. Ex.^a leu o protocolo. Está lá. Está lido, ninguém contesta. Quero

que V. Ex.^a agora nos mostre qual o ato e qual o momento em que desse ato, qual o horário em que desse ato foi dada publicidade ao plenário. É uma pergunta objetiva.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel): Deputado, os três protocolos foram protocolados com bem antecedência no início da tarde de hoje...

O Sr. LUCIANO RIBEIRO: V. Ex.^a pode me responder objetivamente?

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel): Inclusive V. Ex.^a foi comunicado e o deputado que estava, aqui, exercendo as funções de presidente, Luciano...

O Sr. LUCIANO RIBEIRO: Eu não fui comunicado, como Líder, não, Sr. Presidente. O presidente me disse, tanto é que a bancada não foi comunicada.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel): V. Ex.^a não foi comunicado como Líder?

O Sr. LUCIANO RIBEIRO: Não, as comunicações aqui não podem ser feitas de forma...

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel): Mas V. Ex.^a é o Líder.

O Sr. LUCIANO RIBEIRO: Não, não, não, não, não.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel): Pode ser comunicado como Líder.

O Sr. LUCIANO RIBEIRO:- Eu estou tendo conhecimento agora, Sr. Presidente. Impossível. Nós não fomos comunicados, excelência...

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel): V. Ex.^a foi comunicado também.

O Sr. LUCIANO RIBEIRO: Não, não fui comunicado.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel): E, também, o presidente em exercício, Luciano Simões.

O Sr. LUCIANO RIBEIRO: O comunicado tem que ser oficial. O que é isso, Sr. Presidente? O que se fala nos corredores, no cafezinho, vale?

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel): Sim, deputado, mas não existe uma praxe de pegar um livro de protocolo para dizer: "Leia aqui, deputado, e assine." Geralmente é o *Diário Oficial* do dia seguinte.

O Sr. LUCIANO RIBEIRO: Não é livro de protocolo, não, presidente. É a publicidade. É ler como V. Ex.^a leu agora. Devia ter sido lido...

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel): Se não estivesse protocolado, eu concordaria com V. Ex.^a, a sessão cairia.

O Sr. LUCIANO RIBEIRO: Não, não, Sr. Presidente. Ele teria que ser lido. Senão os outros atos não precisariam ser lidos em plenário.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel): Se não me falha a memória, já teve... Eu posso, inclusive, deputado, pedir as notas taquigráficas das três ou quatro sessões anteriores, onde foram retirados projetos, aqui, 10 minutos antes ou talvez em cima da hora da sessão começar.

O Sr. LUCIANO RIBEIRO: Desde que não haja, Sr. Presidente, nenhuma oposição. Nós estamos nos opondo a esse ato. É isso que eu quero que V. Ex.^a entenda.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Eu estou entendendo, deputado.

O Sr. LUCIANO RIBEIRO: E o art. 120 do *Regimento Interno*, ele é muito claro. É cristalino.

O Sr. Alan Sanches: Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. LUCIANO RIBEIRO: Iniciado o processo de votação, ele não pode ser mais retirado, presidente. Não pode. Está aqui: art. 120 do *Regimento Interno*.

O Sr. Alan Sanches: Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel): Questão de ordem, deputado Alan Sanches.

O Sr. Alan Sanches: Sr. Presidente, V. Ex.^a, com a sapiência que lhe é peculiar, nós temos que concordar com os questionamentos levantados pelo Líder da Oposição. Porque, se fosse assim diferente, só protocolado, nós não precisávamos, todas as vezes que o presidente assume a sessão, lê o expediente que o secretário da Mesa, o Carlinhos, Sr. Carlos Machado, traz para o conhecimento do plenário. Então, sendo dessa forma, a Oposição, a Minoria, tem que ser respeitada. E sei que V. Ex.^a sempre fará isso, salvaguardando os direitos da Minoria. V. Ex.^a sabe que precisava dar publicidade ao ato da retirada do projeto.

Então nós precisamos, sim, ter o conhecimento de fato, e não só um protocolo que ficou lá na Secretaria da Mesa, e nenhum membro, nem o Líder do Governo, pôde solicitar a leitura para que todos tivessem conhecimento da publicidade do ato. Não houve a publicidade do ato. Concordo com o nosso Líder, e isso tem que ser levado em conta, Sr. Presidente.

O Sr. Rosemberg Pinto Lula: Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel): Deputado, eu concordo com V. Ex.^a. Ao longo dos meus 2 anos, eu nunca quis aqui passar rolo, porque não é do meu feitio.

O Sr. Soldado Prisco:- Sr. Presidente, pela ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel): Um momentinho só, deputado. No art. 120: “*Até o anúncio da votação, poderá ser requerida a retirada de proposição: I - pelo Governador do Estado para os projetos de sua autoria*”. Como aconteceu. Na verdade, eu botei em votação, aqui, o requerimento de urgência. Em nenhum momento, o projeto propriamente dito foi votado. Se o projeto fosse para ser votado, eu concordaria que foi colocado com o jogo já jogado. Agora, não, deputado.

O Sr. Rosemberg Pinto Lula: Sr. Presidente, pela ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel): E o requerimento, deputado, é de autoria do Líder do Governo, não é nem de autoria do governador.

Alan Sanches: V. Ex.^a acabou...

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel): Um momentinho, que eu dou a questão de ordem a todo mundo.

O Sr. Soldado Prisco: Sr. Presidente, é uma votação de qualquer forma. V. Ex.^a iniciou o processo de votação... Mas há um projeto sobrestando a pauta excelência.

O Sr. Rosemberg Pinto Lula: O Regimento diz que...

O Sr. Soldado Prisco: Há o princípio da transparência e da publicidade. V. Ex.^a foi eleito senador pela Bahia, sabe disso. V. Ex.^a, sabe.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel): Deputado, não é o projeto: é o requerimento. Não é o projeto.

O Sr. Soldado Prisco: Mas foi iniciado o processo de votação, e V. Ex.^a sabe disso.

(Alguns Srs. Deputados solicitam questão de ordem ao mesmo tempo.)

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel): Calma. Eu vou conceder a todos a questão de ordem.

O Sr. Soldado Prisco: Há o princípio da transparência e da publicidade, presidente.

O Sr. Rosemberg Pinto Lula: Eu pedi primeiro. Eu pedi primeiro.

O Sr. Soldado Prisco: V. Ex.^a vai assumir uma cadeira no Senado e tem conhecimento disso. Vai representar a Bahia no Senado...

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel): Deputado, eu não coloquei em nenhum momento o projeto para ser votado. Eu coloquei o requerimento de urgência assinado pelo Líder Zé Neto.

O Sr. Soldado Prisco: O princípio da transparência e da publicidade. Essa Casa tem que dar. O povo da Bahia está esperando isso! Toda a Bahia espera isso!

O Sr. Rosemberg Pinto Lula: Presidente, o Regimento... Por gentileza, presidente.

(Vários Srs. Deputados falam ao mesmo tempo.)

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Um momentinho. Um de cada vez, senão embola, não dá nem para escutar direito. Um momentinho, que eu concedo a todos vocês.

O Sr. Alan Sanches:- Sr. Presidente...

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Pois não, deputado.

O Sr. Alan Sanches: Só para esclarecer. V. Ex.^a acabou de confirmar o que eu estou falando. Existe um projeto...

O Sr. Rosemberg Pinto Lula: De autoria do Executivo. E só o Líder precisa ser informado.

O Sr. Alan Sanches: (...) que está sobrestando a pauta. V. Ex.^a começou a votar uma outra coisa, não interessa se é projeto, entrou em outra votação, que é o requerimento de urgência, outra votação que jamais poderia ter sido levada ao conhecimento do Plenário sem a publicidade da retirada do projeto. Tem que ser dada a publicidade, sim. Como é que nós vamos poder votar sem nem saber o que é? Existe um projeto que está sobrestando a pauta e que ninguém do governo fez a leitura para nos comunicar. Como é que a gente pode votar uma coisa se está aí sobrestando a pauta? Só pode votar o projeto que está sobrestando a pauta, e não o requerimento de urgência ou nenhum outro projeto.

O Sr. Soldado Prisco: E V. Ex.^a só leu o requerimento exatamente porque o projeto foi retirado. Haveria uma votação. Há o princípio da publicidade e da transparência, Sr. Presidente. Aí porque o governo tem a maioria quer atropelar? O povo da Bahia todo está observando isso. Há o princípio da transparência e da publicidade, presidente. V. Ex.^a sabe disso. V. Ex.^a foi eleito senador pela Bahia e sabe da transparência e da publicidade. Todo povo da Bahia está esperando isso. Esta Casa não pode ser “atrolada” porque o governo cometeu erro. É ele que tem que acertar.

O Sr. Rosenberg Pinto Lula: Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel): Pela ordem o deputado Rosenberg.

O Sr. LUCIANO RIBEIRO: Sr. Presidente, a sessão está encerrada, viu? Não foi prorrogada, está encerrada a sessão. Não há prorrogação da sessão, Sr. Presidente. Não foi lida, não há prorrogação da sessão.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel): Olha, o horário da sessão ordinária foi concluído.

(Vários Srs. Deputados falam ao mesmo tempo.)

O Sr. Luciano Ribeiro: Não há prorrogação da sessão, Sr. Presidente. Não foi lida.

O Sr. Luciano Ribeiro: Não foi lida, não há prorrogação da sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel): O horário da sessão ordinária...

A sessão está encerrada.

O Sr. Luciano Ribeiro: Encerrou! Acabou!

O Sr. Soldado Prisco: A sessão está encerrada, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel): A sessão está encerrada.

O Sr. Hildécio Meireles: Encerrou a sessão. Encerrou!

O Sr. Rosenberg Pinto Lula: Está calçada a sessão.

O Sr. Soldado Prisco: A sessão está encerrada. Presidente, a sessão, presidente, você sabe que pode.

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/atividade-legislativa/sessoes-plenarias>. Acesse e leia-as na íntegra.